

IPEA

Relatório de Atividades - 1983

RELATORIO DE ATIVIDADES

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO

IPLAN

1983

MEMO/SAD/IPLAN/05/84

Brasília, 30 de janeiro de 1984

Do : Superintendente-Adjunto do IPLAN

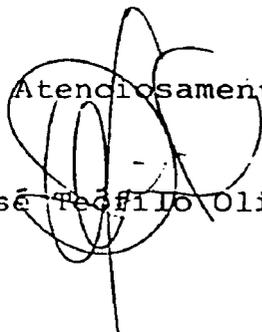
Para : Chefe de Gabinete da PRESI/IPEA

Assunto: Encaminha Relatório de Atividades do IPLAN

Encaminho a V.Sa. em anexo, o Relatório de Atividades do IPLAN, referente ao exercício de 1983, assim como os relatórios detalhados elaborados pelas diferentes áreas deste Órgão.

Trata-se de documento sumário com vistas a facilmente adequar-se ao relatório do IPEA no sentido em que limita-se tão somente a destacar os esforços que marcaram o exercício que findou e a apresentar uma seleção dos estudos de maior importância para o Instituto.

Atenciosamente,


José Teófilo Oliveira

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO IPLAN
EXERCÍCIO 1983

O Instituto de Planejamento - IPLAN, no cumprimento de suas funções básicas de unidade técnica de assessoramento à Secretaria de Planejamento da Presidência da República e de elaboração e implementação da política e planejamento governamental, desenvolveu durante o exercício de 1983, dentre outras, as seguintes atividades:

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

Cumprindo o papel de apoiar a Superintendência, o Gabinete desenvolveu durante o exercício de 1983, as seguintes atividades:

- supervisão dos serviços do Setor de Documentação (Biblioteca), conforme Relatório em anexo;
- exame prévio de 671 pareceres e notas técnicas a serem submetidos à Superintendência;
- coordenação do apoio prestado pelo IPLAN à SUBIN na priorização de projetos de cooperação técnica internacional com a França e República Federal da Alemanha;
- acompanhamento e encaminhamento dos assuntos administrativos do IPLAN: controle de pessoal e de estagiários; de viagens; de representações em órgãos colegiados; dos bens e equipamentos sob guarda e uso do IPLAN; e, reprodução de documentos;
- controle e acompanhamento dos convênios e contratos de prestação de serviços;
- fixação e acompanhamento do orçamento do Instituto; e,

- protocolo, controle e acompanhamento da tramitação de documentos.

SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

Entre as atividades próprias do Setor constam a seleção e processamento de publicações e documentos, bem como o atendimento aos usuários.

Em 1983, destacaram-se no Setor de Documentação as seguintes atividades:

- A instalação do terminal do ARUANDA, no Setor.
- A nível do PLANINDOC:
 - elaboração de um vocabulário relativo ao Planejamento Global para a indexação de documentos;
 - referenciação de grande parte dos documentos da CPG e implementação do Núcleo daquela Coordenadoria;
 - reorganização da UDS;
 - seleção do sistema ISIS, que está sendo implantado no IBGE, com assessoria da SEADE.
- A nível do INFOPLAN:
 - realização do I SINFOPLAN - Seminário sobre informação para o Planejamento, juntamente com CFPAL/CLADES e a participação de 20 Bibliotecários e Técnicos de Informação da Presidência da República, dos Ministérios, da SEPLAN e do IPEA;
 - reuniões para discutir sobre a tradução e adaptação do Macrothesaurus do OCDE para o português, a fim de possibilitar a participação do Brasil no Sistema INFOPLAN.

ASSESSORIA DA SUPERINTENDÊNCIA

Como órgão de assessoramento à Superintendência do IPLAN, a Assessoria executou, entre outras, as seguintes tarefas:

- apoio ao Superintendente do IPLAN e ao Superintendente-Adjunto no desempenho de suas funções;
- realização de estudos, preparo de pareceres, elaboração de documentos técnicos e trabalhos afins;
- participação na realização de trabalhos, com o apoio das demais unidades do IPLAN;
- atendimento, mediante determinação da Superintendência Adjunta, a pedidos de informações originados de outras entidades governamentais, dos poderes Legislativo e Judiciário, de instituições de ensino e pesquisa, de agências internacionais e outras entidades;
- apoio ao Setor de Minas e Energia/CPS no preparo de trabalhos para o Conselho Nacional de Energia - CNE;
- colaboração técnica com técnicos do INPES sobre a modelagem da economia brasileira.

PROGRAMA NACIONAL DOS CENTROS SOCIAIS URBANOS - PNCSU

Foram as seguintes as atividades desenvolvidas pelo PNCSU em 1983:

- elaboração e aprovação de um orçamento para o PNCSU;
- contatos da Coordenação com os novos gestores;
- contatos da equipe técnica central com as equipes locais;
- aprovação de projetos de operação, construção, recuperação, ampliação em equipamentos de CSU's;

- solução de problemas de construção ainda pendentes para 43 CSU;
- simplificação dos projetos ainda em andamento, com redução de área construída e modificação nas especificações;
- ampliação do trabalho conjunto com órgãos federais;
- assinatura de convênios diretamente com gestores dos municípios de capitais;
- integração dos Centros Sociais Urbanos no processo de geração de renda para a comunidade.

UNIDADE PRODUTORA DE INFORMAÇÃO - UPI

No contexto das funções que deve desempenhar como unidade responsável pelo processamento de dados do IPLAN, a UPI executou atividades de apoio aos usuários tanto na operação de sistemas já implantados como no desenvolvimento de novos sistemas e apurações especiais, utilizando equipamentos próprios (JABO 8034 e HP 9830A) e o computador IBM 370/158 do IBGE/BSB. Paralelamente, assessorou o IPLAN em sua necessidade de contatos com outras entidades visando o intercâmbio de informações e serviços de processamento de dados.

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO GERAL - CPG

A Coordenadoria de Planejamento Geral - CPG do IPLAN se compõe de dois setores: O Setor de Planejamento Governamental (SPG) e o de Planejamento Global (SPB), que juntamente com o Coordenador da CPG encarregam-se das tarefas pertinentes ao acompanhamento e avaliação das políticas macroeconômicas do Governo Federal, além de assessoria à SEPLAN.

Dentro das atribuições afetas à CPG destacam-se dois grupos de atividades, a saber: aquelas consideradas rotineiras e

as especiais (elaboração de subsídios e atendimento de ordem superior).

Trabalhos rotineiros

- Pareceres em estudos, documentos, anteprojetos de lei e convênios firmados pelo IPEA;

- elaboração mensal da publicação "Indicadores Conjunturais" e de relatórios trimestrais, semestrais e anuais sobre o desempenho da economia brasileira;

- elaboração da versão preliminar da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional;

- elaboração de estudos sobre a presença do Estado na Economia, bem como acompanhamento e atualização de dados sobre a Conta Consolidada do Setor Público, Orçamentos, projetos e notas sobre o Programa de Ajustamento Econômico com o FMI;

- atualização de projeções macroeconômicas, relativas a produção e emprego, para o documento Consolidação Plurianual de Programas de Governo (CPPG);

- preparação das portarias mensais e trimestrais de correção monetária, saldos devedores de financiamentos habitacionais, contribuições para a Previdência Social, débitos trabalhistas, desapropriações e valores de referência.

Trabalhos especiais

- Relatórios de acompanhamento de medidas de política econômica tomadas em 1983, preparado por solicitação da OEA;

- preparação de minutas de respostas a vários temas encaminhados à Presidência da República pela população;

- análise de trabalhos enviados à SEPLAN ou a Presidência da República e elaboração de respostas a consultas feitas à SEPLAN;

- preparação de subsídios para a realização de palestras por autoridades econômicas na área da SEPLAN;
- acompanhamento, projeções do Balanço de Pagamentos do Brasil e simulações da dívida externa como subsídios à Programação do setor externo;
- acompanhamento da Consolidação dos Orçamentos Federais, de Projeções de Crescimento de Emprego, acompanhamento de dados sobre o Setor Público Federal, Empresas Estatais e PIB;
- simulações sobre a política salarial, envolvendo a evolução do salário real, folha salarial, diversos períodos de reajuste e taxas de inflação;
- desenvolvimento de modelos de previsão, para séries de exportações e importações e produção da indústria de transformação e extrativa mineral;
- desenvolvimento de modelo estocástico para ajustar a série do PIB, em função da Formação Bruta de Capital Fixo e Importações;
- estudo do Orçamento Monetário/83;
- estudos sobre Conjuntura Econômica em 1983, Política Econômica em 1983 e 84, economia mundial, padrões de Comércio Brasil/Estados Unidos, Câmbio e Política cambial;
- considerações à Política Cambial em 1983/84;
- perspectivas econômicas para 1983/85;
- o problema da Inflação;
- Política Monetária e Inflação;
- Política Fiscal e Déficit Público;
- Mensagem do Ministro na Câmara dos Deputados;

- Economia Brasileira - reunião do Conselho Monetário Nacional de 23/10/83;
- análise do Decreto-Lei nº 2.065/83;
- Estudos sobre a Atual Crise Brasileira, política salarial pós nov/79 e Política Salarial - experiência recente de outros Países;
- elaboração, em conjunto com técnicos do Banco Central, de relatórios trimestrais ao FMI;
- acompanhamento e comentários ao Programa de Estabilização Econômica com o FMI e atualização de dados integrantes de documento ao Clube de Paris;
- Coordenação (por alguns técnicos) de grupos de trabalho com atuação na área de Orçamentos Públicos e de Política Habitacional;
- participação em diversas reuniões de trabalho com técnicos do IBGE, FGV, BNDES, BACEN, BNH e INPES;
- participação em missões oficiais do Brasil no FMI - Washington;
- participação em Reuniões e Seminários Internacionais sobre Comércio Exterior e Dívida Externa;
- realização, por indicação da SEPLAN/PR, de palestras e conferências na Escola de Guerra Naval, Banco Central do Brasil, FUNCEP, Escola Nacional de Informações e ADESG, sobre temas relacionados à política econômica.

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO SETORIAL - CPS

A Coordenadoria de Planejamento Setorial do IPLAN, buscou desenvolver, durante o ano de 1983, as atividades a ela concernentes, em três grandes campos de atuação.

O primeiro, relativo aos trabalhos técnicos e análises conjunturais, ensejou a produção de diversos documentos ligados à ação de planejamento nos distintos âmbitos da programação setorial. Cabe lembrar a execução dos seguintes: "Evolução Recente do Setor Industrial", "Máxima Entropia: Uma Aplicação ao Transporte Aéreo Doméstico Brasileiro", "Custos e Tarifas no Sistema Ferroviário Brasileiro - A Rede Ferroviária Federal S/A", e as projeções dos Impostos Setoriais. Mas ainda: Projeções de Consumo e Produção de Borracha Natural, Algodão, Amendoim, Cana-de-Açúcar e Soja, além da elaboração mensal das Análises dos Dados Conjunturais da Agricultura. Cabe mencionar a continuidade dos convênios mantidos pelo IPLAN com a CECIA do Ministério da Aeronáutica e com a CEPAL/Brasil, dos quais resultaram uma série de trabalhos técnicos discriminados na parte setorial.

No segundo campo de atividades da CPS enquadram-se os pareceres e notas técnicas, a cooperação interinstitucional, a representação junto aos órgãos colegiados, as participações em seminários, reuniões técnicas e atividades afins.

Cumpram-se ressaltar que, no ano de 1983, foram contemplados mais de 250 processos de interesse da SEPLAN, dos demais Ministérios e do Poder Legislativo, sendo emitidos aproximadamente 50 pareceres e mais de 100 notas técnicas.

Por outro lado, a CPS/IPLAN manteve representações formais em cerca de 20 órgãos colegiados, além da participação em 17 seminários, congressos ou encontros técnicos.

Com relação à cooperação interinstitucional, a CPS procurou, seja através da coparticipação na definição de algumas políticas setoriais, seja através de trabalhos técnicos conjuntos, ou ainda através da elaboração de listas tentativas para os Programas Especiais, colaborar com a maioria dos Ministérios, em particular com o da Agricultura, do Interior, das Minas e Energia, da Indústria e Comércio, e dos Transportes, além dos organismos da Administração Indireta.

A CPS apoiou, ainda, trabalhos de órgãos do próprio sistema SEPLAN, prestando colaboração à SEST, SUBIN, INOR, CNPq e CENDEC e assessoria à Secretaria Geral e às Secretarias Adjuntas. Merece ênfase o apoio ao trabalho coordenado da CPS com a Comissão SEPLAN de Energia.

Dentro do próprio IPLAN, realizou diversos trabalhos conjuntos com a CPG e CPR, responsabilizando-se, neste caso, por parte expressiva dos estudos setoriais dos Programas Especiais.

O terceiro grande campo de atuação constituiu-se na Coordenação da CPPG - Consolidação Plurianual de Programas de Governo, para o período 1983/86, e, dentro desta, a elaboração dos capítulos relativos à economia brasileira e suas perspectivas de curto e longo prazos, as políticas energéticas e mineral, de transporte e comunicações, da indústria, do setor agropecuário e do Projeto Carajás; em cada um desses setores, além do diagnóstico, foram apresentados a evolução esperada do setor e o resumo de alocação dos recursos nos principais programas e projetos.

Por derradeiro, a CPS coordenou o Seminário Internacional sobre Planejamento e Controle das Empresas Públicas, realizado em Brasília, no período de 15 a 17 de junho, o que contou com a participação de mais de cem especialistas de vários países.

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO REGIONAL - CPR

No período em referência, as atividades desenvolvidas pela CPR relacionam-se com:

- coordenação e supervisão dos trabalhos desenvolvidos nos setores de Desenvolvimento Regional (SDR), Desenvolvimento Urbano (SDU) e Programas Especiais (SPE), conforme resumo anexo;

- assessoramento ao Superintendente do IPLAN no desempenho de suas funções de membro da Comissão Interministerial do Projeto Nordeste;

- participação nas reuniões da Comissão Interministerial do Projeto Nordeste;
- desenvolvimento de estudos, análises, discussões e elaboração de documentos sobre os trabalhos do Projeto Nordeste, inclusive os necessários à sua concepção técnica e sua organização;
- promoção e organização de reuniões, ressaltando-se o Projeto Nordeste - Projeto Consolidação do Sistema Fundiário Nacional e a realizada com dirigentes de órgãos nacionais (sistemas setoriais);
- representação da SEPLAN no Conselho de Administração da CODEBAR;
- representação da SEPLAN no Conselho de Administração da CODEPLAN e da SHIS;
- realização de viagem a Washington com vistas à negociação de recursos junto ao Banco Mundial, para o POLONORDESTE.

CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS - CNRH

Em 1983, o CNRH desenvolveu os seguintes trabalhos:

- participação das discussões de prioridades e elaboração de propostas de alocação de recursos do FINSOCIAL;
- participação nos Convênios de Cooperação Técnica com o UNICEF e OIT/PNUD;
- realização de Seminários sobre Política de Saúde, Alimentação e Nutrição;
- elaboração de 169 Pareceres e Notas Técnicas por solicitação da SUBIN, SUPAR e sobre pleitos do FINSOCIAL encaminhados por diferentes órgãos da administração pública;
- avaliação de programas na área social;

- elaboração da CPPG da área social em articulação com a CPR e CPS;
- representação em 26 órgãos colegiados e participação ativa das reuniões ao longo do ano;
- montagem de um Sistema de Orçamento Social.

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CDS

Além de coordenar e organizar a Secretaria, foram realizadas no âmbito do CDS as seguintes atividades:

- elaboração de Exposição de Motivos referente a assuntos relacionados a operacionalização de Programas financiados pelo FAS;
- elaboração de notas e assuntos sobre avaliação de Programas ou Propostas de aprovação de recursos;
- estudos sobre a reformulação do crédito educativo;
- estudos sobre a Reforma Tributária: "Conflito entre Eqüidade e Autonomia no Sistema Federativo" e "A Questão da Divisão Intergovernamental de Responsabilidades";
- participação em reuniões, encontros e seminários, com destaque para o XI Encontro Nacional de Economia da ANPEC.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONOMICO E SOCIAL (IPEA)
PRESIDENCIA

MEMO.CIRCULAR/PRESI nº 001

Brasília, 03 de janeiro de 1984

Do : CHEFE DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Para: Dr. José Augusto Arantes Savasini
MD. SUPERINTENDENTE DO IPLAN

Ass.: Relatório Anual de Atividades (Solicita)

Objetivando elaborar o Relatório Anual de Atividades desta Fundação, relativo ao exercício de 1983, a ser submetido ao Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, e que irá integrar a prestação de contas a ser encaminhada à Secretaria de Controle Interno da SEPLAN e ao Tribunal de Contas da União, solicito a fineza de adotar providências no sentido de ser encaminhado a este Gabinete, até o dia 30 do corrente mês, o Relatório de Atividades deste Instituto, seguindo o mesmo padrão de exercícios anteriores.

Para que o Relatório Final demonstre os relevantes trabalhos desenvolvidos em todas unidades do IPEA, necessário se faz que, embora de forma sucinta, sejam apresentados os principais trabalhos desenvolvidos, com as informações concernentes à elaboração, execução, supervisão e/ou acompanhamento dos mesmos, com a amplitude que bem caracterize os programas de desenvolvimento econômico e social do País em 1983.

Atenciosamente,

Antonio Atrasas

CHEFE DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Do : Superintendente-Adjunto do IPLAN

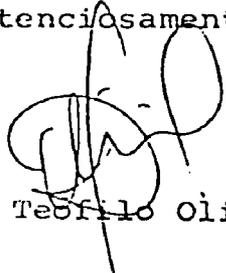
Para : Coordenador da CPS

Assunto: Relatório de Atividades do IPLAN de 1983.

Com vistas à elaboração do Relatório Anual de Atividades do IPLAN, exercício de 1983, solicito encaminhar a esta Superintendência até o dia 23 do corrente mês, o relato das atividades sob coordenação de V.Sa.

Tal relatório deve demonstrar o conjunto de tarefas realizadas e será acompanhado de uma síntese não superior a 3 páginas onde se destaquem os trabalhos ou eventos que bem caracterizem o exercício que passou, além da menção aos esforços mais relevantes, no entender de V.Sa.

Atenciosamente,


José Teófilo Oliveira

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA DO IPLAN

No cumprimento de suas funções básicas de apoio à Superintendência, o Gabinete desenvolveu durante o exercício de 1983, dentre outras, as seguintes atividades:

- supervisão dos serviços do Setor de Documentação (Biblioteca), conforme Relatório em anexo;
- exame prévio de 671 pareceres e notas técnicas a serem submetidos à Superintendência;
- coordenação do apoio prestado pelo IPLAN à SUBIN na priorização de projetos de cooperação técnica internacional com a França e República Federal da Alemanha;
- acompanhamento e encaminhamento dos assuntos administrativos do IPLAN: controle de pessoal e de estagiários; de viagens; de representações em órgãos colegiados; dos bens e equipamentos sob guarda e uso do IPLAN; e, reprodução de documentos;
- controle e acompanhamento dos convênios e contratos de prestação de serviços;
- fixação e acompanhamento do orçamento do Instituto; e,
- protocolo, controle e acompanhamento da tramitação de documentos.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

DESTAQUES DE 1983

O Setor de Documentação do IPLAN executou, em 1983, atividades a nível interno, do próprio Setor, a nível institucional, relacionado ao PLANINDOC e ao INFOPLAN.

Entre as atividades próprias do Setor constam a seleção e processamento de publicações e documentos e o atendimento ao usuário.

As atividades que se destacaram durante o ano foram:

1. A instalação do terminal do ARUANDA, no Setor.
2. A nível do PLANINDOC:
 - 2.1 Elaboração de um vocabulário relativo ao Planejamento Global para a indexação de documentos;
 - 2.2 Referenciação de grande parte dos documentos da CPG e implementação do Núcleo daquela Coordenadoria;
 - 2.3 Reorganização da UDS;
 - 2.4 Seleção do sistema ISIS, que está sendo implantado no IBGE, com assessoria da SEADE.
3. A nível do INFOPLAN:
 - 3.1 Realização do I SINFOPLAN - Seminário sobre informação para o Planejamento, juntamente com CEPAL/CLADES e a participação de 20 Bibliotecários e Técnicos de Informação da Presidência da República, dos Ministérios, da SEPLAN e do IPEA.
 - 3.2 Reuniões para discutir sobre a tradução e adaptação do Macrothesaurus do OCDE para o português, a fim de possibilitar a participação do Brasil no Sistema INFOPLAN.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO SETOR DE DOCUMENTAÇÃO DE 1983

As atividades que o Setor de Documentação do IPLAN vem executando, podem ser divididas em três níveis: 1. As atividades internas, inerentes ao próprio Setor; 2. as atividades relacionadas ao PLANINDOC, a nível institucional, na implementação dos Núcleos de Documentação; e 3. atividades externas.

Entre as atividades do Setor, em 1983, constam a seleção e o processamento de 1.463 livros, folhetos e documentos, e o atendimento ao usuário relacionado a empréstimos de publicações, cópias de artigos, pesquisas bibliográficas e legislativas em fontes existentes no Setor e em outras bibliotecas, bem como atendimento ao usuário externo.

Com a finalidade de fornecer informação tão atualizada quanto possível ao usuário, foi instalado, no Setor, um terminal do ARUANDA. Para operá-lo foram treinadas 3 bibliotecárias.

A fim de renovar a assinatura de periódicos para 1984, efetuou-se um estudo de utilização dos mesmos, cancelando-se a assinatura dos títulos menos procurados. Foram, assim renovados 51 títulos nacionais e 47 títulos estrangeiros e incluídos 4 títulos estrangeiros novos.

Em dezembro, foi entregue à Divisão de Contabilidade e Orçamento, do IPEA, o inventário do material bibliográfico do IPLAN em listagem de computador, para o qual foi utilizado um programa específico do IBGE. Constam do material bibliográfico inventariado 7.971 publicações, que totalizam Cr\$ 2.030.114,00 (dois milhões, trinta mil e cento e quatorze cruzeiros).

Quanto ao PLANINDOC - Plano de Informações Documentais do IPLAN, encontra-se em fase adiantada o vocabulário relativo ao Planejamento Global que está sendo elaborado pela Dra. Flávia Prado. Compõe o Núcleo de Documentação da CPG publicações seriadas e alguns documentos, bem como um catálogo com o registro bibliográfico e localização dos documentos que se encontram nas salas dos técnicos daquela Coordenadoria.

Está atualmente em fase de reorganização a Unidade de Documentação Setorial - UDS - da Coordenadoria de Planejamento Setorial. Foi necessário efetuar uma triagem do material bibliográfico existente, a fim de selecionar aquele que seja de real interesse dos técnicos daquela Coordenadoria.

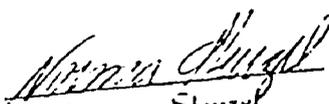
Foram realizadas diversas reuniões com técnicos do IBGE e do IBICT, a fim de discutir sobre a seleção do software a ser adotado para o processamento automatizado da informação bibliográfica existente no IPLAN. Finalmente foi solicitada uma assessoria à Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), para, juntamente com o IBGE, implantar o sistema ISIS, para o PLANINDOC.

De 23 a 27 de maio realizou-se nas dependências do Setor o I SINFOPLAN - Seminário sobre Informação para o Planejamento, patrocinado pelo IPLAN, com a colaboração de CEPAL/CLADES. Participaram do Seminário 20 Bibliotecários e Técnicos de Informação da Presidência da República, dos Ministérios, da SEPLAN e do próprio IPEA. O referido Seminário visou a participação dos organismos federais no INFOPLAN - Sistema de Informação para o Planejamento na América Latina e no Caribe.

Durante a permanência das especialistas da CEPAL/CLADES foi discutida, a necessidade da tradução e adaptação do Macrothesaurus da OCDE para o português, o que facilitaria a participação do Brasil no Sistema INFOPLAN.

Durante o III Curso de Especialização em Administração de Sistemas de Informação, promovido pelo IBICT, ABDF e FUNCEP, foi proferida uma palestra, pela Bibliotecária-Chefe deste Setor, sobre o Sistema de Informação para o Planejamento, com vistas a levar ao conhecimento dos participantes do curso os principais aspectos do referido Sistema.

De 7 a 18 de novembro, a Bibliotecária de Referência, participou do Curso sobre Acesso ao Documento Primário e Comutação Bibliográfica, sob o patrocínio da FID/CLA e com o apoio do IBICT, CENAGRI e COMUT. O curso ressaltou a necessidade de maior intercâmbio bibliográfico entre as bibliotecas e as possibilidades oferecidas no Brasil, através do COMUT.


Norma Stenzel
Coord. p/Setor de Documentação
IPEA/IPLAN

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ASSESSORIA/IPLAN

DE : Eduardo Felipe Ohana

PARA: Chefe de Gabinete do IPLAN

De acordo com o pedido em circular, segue abaixo o resumo de minhas atividades, no IPEA, referentes ao período de 1983.

- a) estabelecimento de contatos e acompanhamento da coleta de dados junto a empresas industriais, como parte do convênio de pesquisa assinado, no ano, entre o IPEA e a Universidade de S. Paulo/FIPE. O processo de coleta de dados deve terminar no próximo mês de março;

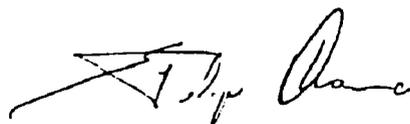
b) Pesquisa e organização do material teórico que faz forte da pesquisa supra mencionada. A pesquisa refere-se ao comportamento dos preços industriais no período 1979-1982 e a função poupança;

c) apresentação ao CNRH de um trabalho de definição de Metodologia para Decisões na Área Social. Um trabalho de pesquisa enfocando como organismos internacionais procedem na avaliação de projetos na área Social;

d) Participação no seminário realizado pelo CNRH no mês de dezembro de 1983;

e) colaboração técnica com técnicos do INPES sobre a modelagem da economia brasileira;

f) participação em reuniões de trabalho, com técnicos convidados, no CNRH sobre a definição e proposta de política social.



Eduardo Felipe Ohana
ASSESSOR

RELATO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS EM 1983

1. Auxílio ao Superintendente do IPLAN e ao Superintendente-Adjunto no desempenho de suas funções.
2. Realização de estudos, preparo de pareceres, elaboração de documentos técnicos e trabalhos afins, sempre que, por sua natureza, não se enquadrem nas áreas de atuação das demais unidades do IPLAN, ou quando, por qualquer outra razão, seja a isso solicitado pelo Superintendente ou Superintendente-Adjunto.
3. Participação na realização de trabalhos, com o apoio das demais unidades do IPLAN.
4. Atendimento, mediante determinação da Suprintendência-Adjunta, a pedidos de informações originados de outras entidades governamentais, dos poderes Legislativo e Judiciário, de instituições de ensino e pesquisa, de agências internacionais e outras entidades.
5. Coordenação, a nível do IPLAN, da elaboração de documentos contendo informações com vistas à alimentação do Plano Nacional de Informações.
6. Auxílio ao Setor de Minas e Energia/CPS no preparo de trabalhos para o Conselho Nacional de Energia - CNE.

RESUMO DO RELATÓRIO DO PNCSU - 1983

Se por um lado o PNCSU iniciou o ano de 1983 com óti-
mas perspectivas de coroamento de todos os esforços desenvolvidos
a partir da Exposição de Motivos 005, de 30.04.1980, apresentava,
por outro lado, evidências de riscos de descontinuidade a nível
local, em função das mudanças administrativas decorrentes das elei-
ções de 1982.

Tal situação exigiu da equipe da Coordenação nacio-
nal uma estratégia de trabalho que permitisse minimizar as reper-
cussões negativas que eventualmente as naturais mudanças nas admi-
nistrações locais pudessem trazer para o Programa.

A estratégia posta em prática previu, inicialmente,
o desenvolvimento de atividades basicamente de definições internas,
particularmente no que se refere ao planejamento do Programa. Em
seguida, a partir das definições locais, seriam feitos os necessá-
rios contatos a níveis do gestor e das equipes técnicas locais do
Programa.

Os principais produtos das atividades então desenvol-
vidas foram:

- a) a elaboração e aprovação de um orçamento para o
PNCSU;
- b) contatos da Coordenação com os novos gestores;
- c) contatos da equipe técnica central com as equipes
locais;
- d) aprovação de projetos de operação, construção, re-
cuperação, ampliação e equipamento de CSU.

Paul

No orçamento para 1983 foram aprovadas as aplicações abaixo, a partir de 31.03.83:

a) apoio aos CSU em operação	1.572,5
b) término de construção de CSU	420,0
c) equipamento de CSU	200,0
d) previsão para operação de CSU	256,0
e) atuação conjunta com órgãos federais	170,0
f) emergências, adaptações e recuperações, outros projetos	276,5
T O T A L	<u>2.895,0</u>

No contato com as novas equipes foram importantes os entendimentos para a definição dos casos de implantação ainda pendentes e as discussões sobre as diretrizes do CDS, e as bases de cooperação entre as equipes.

Assim é que a situação dos CSU, durante o exercício evoluiu conforme segue:

	<u>Dez./1982</u>	<u>Dez./1983</u>
CSU operando	422	450
CSU construídos e não operando	31	6
CSU em construção	32	40
CSU não iniciados	<u>16</u>	<u>5</u>
T O T A L	501	501

O Estado que exigiu atuação mais intensa para a solução de problemas de construção e equipamento, foi o de Minas Gerais, que no início de 1983 apresentava 6 CSU não iniciados e 5 CSU com a construção em andamento, num total de 35 CSU aprovados.

Muel

Relativamente, à operação dos Centros, sobressai-se o fato de que dos 578 projetos aprovados pelo G.E., 282 se referiram a grupos de produção e 78 a cursos profissionalizantes, muitos deles apresentando evidências de participação comunitária, o que atendia as diretrizes do CDS e aumentava as possibilidades de sucesso daquelas programações.

Os projetos típicos de melhoria de renda, foram:

- grupos de horticultura
- grupos de corte e costura
- grupos de marcenaria
- grupos de produção de doces
- grupos de produção de calçados
- grupos de produção de vassouras
- grupos de produção de jogos educativos
- grupos de produção de pães
- grupos de artesanato
- grupos de criação de animais
- lavanderias comunitárias
- grupos de bordado
- grupos de produção de redes
- grupos de rendeiras e crocheteiras
- grupos para lavagem de veículos, etc.

Ainda na área de operação, temos a destacar a ampliação das atividades conjuntas dos CSU com órgãos federais, isto sem prejuízo das atividades tradicionais das creches-casulo (LBA) e pré-escolar (MOBRAL). Foram aprovados projetos para atuação com Secretaria de Promoção Social do Ministério do Trabalho, o MOBRAL e o Projeto RONDON, nos montantes abaixo:

- Secretaria de Promoção Social	Cr\$ 10.000.000,00
- MOBRAL/LBA (atendimento a crianças)	Cr\$ 3.450.000,00
- MOBRAL (área de saúde)	Cr\$ 29.750.000,00
- Projeto RONDON	<u>Cr\$ 16.900.000,00</u>
TOTAL	Cr\$ 60.100.000,00

MKL

Da maior importância foi também a destinação de re cursos diretamente aos gestores dos municípios das capitais (Re cife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, Manaus e Curitiba) o que permitiu maior agilização na utilização de recursos huma- nos, materiais e financeiros.

Em anexo, estamos apresentando a relação dos convê nios firmados em 1983 e a relação dos recursos destinados mas ainda não conveniados.

Finalmente é importante esclarecer que a estratégia estabelecida no início não pôde ser totalmente concretizada, pois a partir do mês de agosto, face à decisão de retirada do governo federal do Programa, cessaram todas as atividades externas do grupo de apoio e os contatos com as equipes externas ficaram res tritas aos contatos telefônicos.

Altair Ventura

Altair

PNCSU - 1983

RECURSOS CONVENIADOS

U F	VALOR (Cr\$ milhões)
RO	20,0
AC	16,0
AM	8,0
Manaus	12,0
AP	10,0
RR	5,0
GO	36,0
MT	27,5
MS	16,0
MA	67,5
PI	67,5
CE	136,0
Fortaleza	31,5
RN	81,0
PB	54,0
PE	196,0
Recife	18,0
AL	22,5
SE	27,0
BA	128,0
MG	96,0
Belo Horizonte	22,5
ES	36,0
RJ	42,5
SP	82,5
PR	82,5
Curitiba	30,0
RS	129,0
Porto Alegre	9,0
SC	63,0
PA	28,0
T O T A L	1.600,5

MAL

PNCSU - 1983

RECURSOS APROVADOS MAS NÃO CONVENIADOS

U F	VALOR (Cr\$ 1.000,00)
AC	3.000
GO	12.000
MS	12.500
PI	3.330
CE	48.000
Fortaleza	116.000
RN	36.530
PB	46.980
PE	109.940
AL	4.900
SE	9.200
BA	3.330
MG	124.400
B.Horizonte	34.500
ES	4.500
SP	12.500
PR	63.400
RS	34.000
SC	84.740
T O T A L	763.750

ALL

PROGRAMA NACIONAL DE CENTROS SOCIAIS URBANOS

Relatório de Atividades

- 1983 -

INTRODUÇÃO

Para o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos- PNCSU, o ano de 1983 iniciou-se com perspectivas, no plano externo, por um lado de um amortecimento, nos primeiros seis meses, das atividades dos agentes gestores do Programa face às modificações nos governos locais; por outro, da consolidação das providências decorrentes da Exposição de Motivos nº 005, de 30.04.1980, inclusive com a continuidade dos trabalhos para aperfeiçoar os procedimentos utilizados relativamente às programações dos gestores locais, bem como para sistematizar as definições globais de planejamento do Programa.

Assim, o programa de trabalho da Coordenação Nacional do PNCSU levou em conta, inicialmente, a necessidade de discutir, com as novas equipes locais, as condições para a atuação conjunta, visando, especialmente: (a) garantir a continuidade ou possibilitar a revisão dos projetos de implantação e operação de CSU anteriormente aprovados; (b) atingir os objetivos definidos na citada E.M. 005/80. Em decorrência, seriam também colocados em discussão os critérios e instrumentos utilizados para análise, aprovação, acompanhamento e avaliação dos projetos propostos pelos gestores locais, assim como adotadas providências para aumentar o nível de informações para as decisões de planejamento ao nível do Grupo Executivo e do IPLAN/SEPLAN, mormente no que se refere aos aspectos orçamentários e financeiros.

Handwritten signature

IMPLANTAÇÃO DE CSU JÁ APROVADOS

Uma das questões mais urgentemente atacadas pela equipe do PNCSU foi a de soluções dos problemas de CSU já aprovados mas ainda não concluídos. As propostas correspondentes foram discutidas segundo a nova concepção derivada das diretrizes do CDS, isto é, projetos mais simples, menores e apropriados para ampliações gradativas, em função de demanda das comunidades.

Assim, além dos projetos vinculados aos convênios de operação, o G.E. aprovou, dentro do orçamento original do PNCSU, destinações para obras e equipamentos, visando solucionar problemas de CSU em construção ou sujeitos a recuperação ou ainda de CSU já construídos e não funcionando.

De acordo com o Anexo V, foram destinados Cr\$ 432 milhões, sendo Cr\$ 85,1 milhões já conveniados e Cr\$ 346,9 milhões a conveniar.

É importante salientar que dos recursos dos convênios de operação, Cr\$ 208,5 milhões foram programados pelos gestores para término de construção, recuperação e equipamento de Centros, assim como para emergências, tendo em vista a urgência das situações e a vantagem prática da utilização de recursos já conveniados.

Em consequência, a situação dos CSU durante a execução evoluiu da seguinte forma:

ALL

ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A situação identificada no início do exercício, exigiu da Coordenação do PNCSU a formulação de uma estratégia que permitisse conciliar as necessidades do Programa e as realidades locais.

Assim sendo, foi estabelecido o seguinte esquema de trabalho:

- I - nos primeiros três meses, as atividades seriam primordialmente internas, objetivando basicamente o aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação;
- II - a partir da definição dos novos gestores locais, seriam feitos contatos a nível da Coordenação, visando discutir diretrizes, objetivos, instrumentos e estratégias do Programa;
- III - logo após, seriam realizadas viagens pela equipe técnica central, com a finalidade principal de, com as equipes técnicas locais, avaliar os projetos em andamento e formular novas programações;
- IV - em seguida, teria sequência o processo de elaboração, análise e aprovação de projetos de operação, construção e equipamento de CSU.

Durante o primeiro período, as principais atividades foram:

- a) formulação da estratégia de atuação junto aos novos gestores e suas equipes;

- b) elaboração de um orçamento para o PNCSU e das propostas de destinação de recursos para os Centros já em operação;
- c) elaboração de uma programação de viagens que associasse as atuações da Coordenação dos gestores e das equipes técnicas.

ORÇAMENTO DO PNCSU PARA 1983

O principal aperfeiçoamento introduzido no processo de planejamento do PNCSU a nível federal foi a aprovação, pelo Grupo Executivo, em 15.04.1983, do orçamento sintético do Programa (ver Anexo I) Previamente submetido ao IPLAN/SEPLAN, o orçamento previa receitas num total de Cr\$ 2.985 milhões, sendo Cr\$. 1.733,5 milhões de saldo na conta do Programa (FAS-CEF) e Cr\$. 1.161,5 milhões de saldo de dotações do Orçamento da União para 1983, e as aplicações abaixo:

	<u>Cr\$ milhões</u>
a) apoio aos CSU em operação	1.572,5
b) término de construção de CSU	420,0
c) equipamento de CSU	200,0
d) previsão para operação de CSU	256,0
e) atuação conjunta com órgãos federais	170,0
f) emergências, adaptações e recuperações, outros projetos	276,5
T O T A L	<u>2.895,0</u>

Alc

Juntamente com o orçamento, foi aprovada a proposta da SEPLAN para os Convênios destinados aos 427 Centros então em operação, num total de Cr\$ 1.572,5 milhões, conforme relação no Anexo II.

CONTATOS COM AS NOVAS EQUIPES

Os contatos da Coordenação com os novos gestores tiveram como objetivos específicos: (a) discutir as soluções para os casos de construção ainda pendentes de CSU já aprovados e também algumas experiências de funcionamento dos Centros; (b) divulgar as diretrizes do CDS e (c) estabelecer as bases de cooperação entre a equipe central e as equipes locais. Para esse fim, foram realizadas 6 viagens, num total de 28 dias, entre os meses de abril e agosto de 1983, aos seguintes Estados: Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo, Pará, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Acre e Amazonas. Além disso, a Coordenação participou de seminários de avaliação, nos Estados do Maranhão, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Pernambuco, com 4 viagens num total de 16 dias.

As viagens das equipes técnicas teriam a finalidade de (a) dar continuidade às programações de implantação e funcionamento do CSU; (b) apoiar as novas equipes locais na avaliação daquelas programações, e (c) discutir experiências e as bases para a elaboração das programações relativas aos novos convênios de operação. Para cumprir os objetivos acima, a equipe técnica realizou o total de 9 viagens aos estados do Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Norte e Minas Gerais e ao Território de Roraima, com um total de 34 dias.

Face à decisão de extinguir a participação federal no Programa, foram canceladas as viagens da Coordenação aos Territórios Federais e aos Estados de Alagoas, Sergipe, Bahia e Piauí e das equipes técnicas aos Estados do Acre, Amazonas, Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e dos Territórios do Amapá e Rondônia. Na verdade, a partir de agosto de 1983 os contatos externos se restringiram a contatos telefônicos e algumas visitas recebidas.

PROGRAMAÇÃO LOCAL PARA 1983

À conta das destinações de recursos para operação (Cr\$ 1.572,5 milhões) e em função das assinaturas dos respectivos convênios, os gestores foram encaminhando, para análise da equipe da Coordenação e aprovação do Grupo Executivo, as correspondentes programações de trabalho. Até 31.12.83, o Grupo Executivo aprovou o total de 578 projetos, num total de Cr\$ 1.398,0 milhões.

É importante observar que as programações encaminhadas refletiram, de um modo geral, as diretrizes do CDS no sentido de que na operação dos Centros Sociais Urbanos fossem consideradas prioritariamente as ações de desenvolvimento comunitário, em particular aquelas que visassem elevar o nível de renda das populações. Muito promissor foi também o fato de muitos projetos – inclusive de obras – terem apresentado evidência de participação de comunidade em sua concepção. Estes resultados, que justificam os esforços realizados desde a E.M. 005/80, poderiam ter sido bem mais amplos, caso tivesse sido possível uma avaliação dos projetos em andamento e uma discussão prévia das novas propostas por parte das equipes.

Assim é que dos 578 projetos aprovados pelo GE, 282 foram destinados à formação de grupos de produção e 78 a cursos profissionalizantes, fato que superando todas as expectativas evidenciou o início da consolidação de todo o trabalho realizado anteriormente.

O Anexo III dá uma idéia geral das diversas propos-tas aprovadas pelo GE dentro dos convênios de operação e o Anexo IV relaciona todas as destinações já conveniadas.

Abaixo, relacionamos os projetos mais característi-cos com objetivos de melhoria de renda:

- grupos de horticultura
- grupos de corte e costura
- grupos de marcenaria
- grupos de produção de doces
- grupos de produção de calçados
- grupos de produção de vassouras
- grupos de produção de jogos educativos
- grupos de produção de pães
- grupos de artesanato
- grupos de criação de animais
- lavanderias comunitárias
- grupos de bordado
- grupos de produção de redes
- grupos de rendeiras e crocheteiras
- grupos para lavagem de veículos, etc.

ALL

Rio de Janeiro (13.06.83) - Reunião no INPES - Projeto Desenvolvimento Industrial do Nordeste;

Cuiabá (11 a 14.07.83) - Discutir com técnicos da Fundação Cândido Rondon a elaboração de sistema de contabilidade social para o Estado de Mato Grosso;

Belém (12 a 15.09.83) - Discutir levantamentos de agregados econômicos e manter contato com a SUDAM;

Porto Alegre (16.09.83) - Reunião do Conselho Deliberativo da SUDESUL;

Rio de Janeiro (17 a 19.08.83) - Reunião com equipe do BNDES sobre o Pólo Cloroquímico de Alagoas e III Pólo Industrial do Nordeste-CE;

Salvador (26 a 28.09.83) - Reunião com equipes do Governo do Estado da Bahia, do COPEC e da Prefeitura de Camaçari (Projeto Desenvolvimento Industrial do Nordeste);

Vitória (29 a 30.09.83) Representação Colegiado do GERES;

Porto Velho e Cuiabá (02 a 05.10.83) - Reunião com o DNER sobre a BR - 364: Cuiabá-Porto Velho e avaliar a execução das obras tendo em vista necessidade de recursos e cronograma de liberação de Cr\$ 80,0 bilhões alocados à Rodovia para 1984;

Rio de Janeiro (6 a 7.10.83) Reuniões de trabalho com a PETROQUISA e BNDES sobre Complexos Industriais do Nordeste;

Rio de Janeiro (13 a 14.10.83) - Participar de reunião de trabalho com o DNER sobre Complexos Industriais do Nordeste e do Encontro sobre modelos Macro-Econômico e Setoriais;

Fortaleza e Natal (18 a 21.10.83) Reuniões com o Governo do Estado do Ceará sobre proposta de alocação de recursos do PIN. Participar de reunião com a CODERN, em Areia Branca-RN, sobre proposta de alocação

	<u>Dez/1982</u>	<u>Dez/1983</u>
CSU operando	422	449
CSU construídos e não operando	31	6
CSU em construção.....	32	40
CSU não iniciados.....	16	6
T O T A L	<u>501</u>	<u>501</u>

O Estado que exigiu atuação mais intensa para a solução de problemas de construção e equipamento, foi o de Minas Gerais, que no início de 1983 apresentava 6 CSU não iniciados e 5 CSU com a construção em andamento, num total de 35 CSU aprovados.

PROGRAMAÇÃO COMPLEMENTAR

Dando sequência às providências para a consolidação do funcionamento dos CSU já aonstruídos e para o início do funcionamento dos CSU ainda em construção, o G.E. aprovou as destinações, ainda a serem conveniadas – dentro daquelas previstas no orçamento do Programa – constantes do Anexo VI, para as quais na maioria dos casos já foram elaborados os projetos.

PROGRAMAÇÃO COM ÓRGÃOS FEDERAIS

Juntamente com o orçamento para 1983, também foram aprovadas destinações no valor de Cr\$ 170 milhões, para a realização de trabalhos conjuntos com órgãos federais, sem prejuízo daqueles que já vem sendo tradicionalmente realizados nos CSU (como é o caso das creches-casulo da LBA e do pré-escolar do MOBRAL). Tais destinações foram as seguintes:

	<u>Cr\$ Milhões</u>
- Secretaria de Promoção Social do Ministério do Trabalho	10
- Fundação Projeto RONDON	50
- Fundação MOBRAL/Fundação LBA (área de atendimento à criança)	40
- Fundação MOBRAL (área de saúde)...	40
- Secretaria do Meio-Awbiente - SEMA.	20
- Instituto Brasileiro de Desenvolvi- mento Florestal	10
T O T A L	170

Dos Cr\$ 170 milhões, o GE/PNCSU aprovou, na programação complementar acima citada, projetos no total de Cr\$ 60,1 milhões, conforme abaixo:

	<u>Cr\$ milhões</u>
- Secretaria de Promoção Social	10,000
- MOBRAL/LBA (atendimento à criança)	3,450
- MOBRAL (área de saúde)	29,750
- Projeto RONDON	16,900
T O T A L	<u>60,100</u>

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

O evento administrativo mais importante foi a des mobilização da equipe, decorrente da decisão de extinguir a participação federal no Programa.

Assim, entre setembro e dezembro, dos treze técnicos do Grupo de Apoio ao PNCSU, cinco foram transferidos para outros setores do IPEA.

CONCLUSÃO

Em 1983 a equipe de apoio ao PNCSU conseguiu significativos progressos no aperfeiçoamento dos mecanismos internos e na implantação das diretrizes definidas pelo CDS.

A quantidade, a qualidade e a composição das propostas encaminhadas pelos gestores do Programa bem atestam o acerto da estratégia de trabalho adotada.



A tendência para o abandono do conceito de Centro Social Urbano como apenas uma construção, passiva, desvinculada dos interesses e problemas das comunidades foi, talvez, o resultado mais importante de todos os contatos mantidos a nível local. As sumidões novos conceitos pelos gestores, seria possível, em prazo a ser determinado, uma completa reformulação na forma de funcionamento dos Centros, visando maior identificação com as comunidades de suas áreas de influência e, conseqüentemente, reduzir os encargos governamentais e, ao mesmo tempo, garantir o prestígio das iniciativas governamentais.

Externamente muito se conseguiu em praticamente apenas 8 meses de trabalho, descontinuado a partir de agosto.

Internamente houve conseqüências negativas da movimentação da equipe técnica para outros setores; mas, mesmo assim, as atividades prosseguiram normalmente, os instrumentos anteriormente definidos foram totalmente utilizados e as reuniões de Grupo Executivo para discussão dos programas encaminhados pelos gestores ocorreram normalmente.

Apesar de todos os resultados obtidos, é preciso considerar que 1983 foi apenas o segundo ano em que o governo federal apoiou financeiramente os gestores nas soluções dos problemas de operação dos Centros. Desta forma, compreende-se que não houve tempo para se realizar uma avaliação e que o processo de con solidação da aplicação das diretrizes do CDS poderá sofrer solução de continuidade.

Alton Ventura

ANEXO I

PROGRAMA NACIONAL DE CENTROS SOCIAIS URBANOS - PNCSU

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA 1983

(Aprovado pelo GE em 15.04.83)

R E C E I T A S		D E S P E S A S	
TÍTULO	VALOR Cr\$ MILHÕES	TÍTULO	VALOR Cr\$ MILHÕES
I - Em conta do PNCSU na CEF	1.733,5	I - Apoio à operação de 427 CSU (*)	1.572,5
		II - Atuação conjunta com órgãos federais	170,0
		III - Previsão para operação de novos CSU	256,0
		IV - Término de construção de CSU	420,0
II - Dotação Orçamentária para 1983, a liberar	1.161,5	V - Equipamentos de novos CSU	200,0
		VI - Outros (**)	276,5
T O T A L	2,895,0		2.895,0

(*) Ministério do Trabalho (Cr\$ 10 milhões), Secretaria Especial do Meio Ambiente-SEMA (Cr\$ 20 milhões), Fundação Projeto Rondon (Cr\$ 50 milhões), Fundação MOBREAL/Fundação LBA (Cr\$ 40 milhões), Fundação MOBREAL - área de saúde (Cr\$ 40 milhões) e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal -IBDF (Cr\$ 10 milhões).

(**) Emergências, outros projetos de cooperação, adaptações e recuperações físicas, projetos especiais.

Handwritten signature

ANEXO II
PROGRAMA NACIONAL DE CENTROS SOCIAIS URBANOS

CONVÊNIO DE OPERAÇÃO - 1983

(aprovados em 15.04.83)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	VALOR (EM CR\$ MILHÕES)
Maranhão	67,5
Piauí	67,5
Ceará	108,0
- Fortaleza	31,5
Rio Grande do Norte	81,0
Pernambuco	196,0
- Recife	18,0
Bahia	128,0
Paraíba	54,0
Alagoas	22,5
Sergipe	27,0
Minas Gerais	96,0
- Belo Horizonte	22,5
Espírito Santo	36,0
Rondônia	20,0
Acre	16,0
Amazonas	8,0
- Manaus	12,0
Pará	28,0
Amapá	10,0
Roraima	5,0
Rio de Janeiro	42,5
São Paulo	82,5
Paraná	82,5
- Curitiba	90,0
Rio Grande do Sul	129,0
- Porto Alegre	9,0
Santa Catarina	63,0
Mato Grosso	27,5
Mato Grosso do Sul	16,0
Goiás	36,0
TOTAL	1.572,5

116

ANEXO III

PNCSU - CONVÊNIO DE OPERAÇÃO

PROJETOS APROVADOS PELO GE EM 1983

(Valores em Cr\$ 1.000,00)

U.F.	TOTAL DE PROJETOS		GRUPOS DE PRODUÇÃO		CURSOS PROFIS SIONALIZANTES		OUTROS	
	Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR
1. MINAS GERAIS	35	96.000,0	15	32.500,0	-	-	20	63.500,0
2. BELO HORIZONTE	05	22.500,0	-	-	-	-	05	22.500,0
3. ESPIRITO SANTO	06	12.670,0	04	7.270,0	-	-	02	5.400,0
4. SÃO PAULO	33	58.593,0	11	22.331,0	13	23.199,0	09	13.063,0
5. RIO DE JANEIRO	02	7.363,3	-	-	-	-	02	7.363,3
6. SANTA CATARINA	02	63.000,0	-	-	-	-	02	63.000,0
7. PARANÁ	42	82.500,0	36	68.615,0	01	2.200,0	05	11.685,0
8. CURITIBA	30	30.000,0	08	14.653,0	-	-	22	15.347,0
9. RIO GRANDE DO SUL	63	123.900,0	41	12.800,0	-	-	22	111.100,0
10. PORTO ALEGRE	04	9.000,0	01	3.000,0	-	-	03	6.000,0
11. AMAZONAS	02	4.043,0	-	-	-	-	02	4.043,0
12. MANAUS	05	12.000,0	05	12.000,0	-	-	-	-
13. PARÁ	14	28.000,0	14	28.000,0	-	-	-	-
14. GOIÁS	28	36.000,0	06	10.670,0	01	2.000,0	21	23.330,0
15. MATO GROSSO	20	27.500,0	19	24.500,0	-	-	01	3.000,0
16. MATO GROSSO DO SUL	16	16.000,0	06	7.070,0	01	800,0	09	8.130,0
17. RONDÔNIA	06	20.000,0	02	5.200,0	-	-	04	14.800,0
18. RORAIMA	05	5.000,0	02	2.877,0	-	-	03	2.123,0
19. ACRE	10	16.000,0	02	2.732,0	-	-	08	13.268,0
20. AMAPÁ	10	10.000,0	06	6.250,0	-	-	04	3.750,0
21. PIAUÍ	10	67.500,0	02	7.950,0	-	-	08	59.550,0
22. RIO GRANDE DO NORTE	28	81.000,0	13	17.800,0	01	770,0	14	62.430,0
23. PERNAMBUCO	04	117.120,0	03	106.900,0	-	-	01	10.220,0
24. RECIFE	01	16.000,0	-	-	-	-	01	16.000,0
25. MARANHÃO	84	67.500,0	02	9.840,0	61	5.600,0	21	52.060,0
26. CEARÁ	14	108.000,0	08	34.900,0	-	-	06	73.100,0
27. FORTALEZA	03	31.500,0	01	10.000,0	-	-	02	21.500,0
28. ALAGOAS	15	20.890,0	04	2.730,0	-	-	11	18.160,0
29. PARAIBA	33	54.000,0	31	25.590,0	-	-	02	28.410,0
30. SERGIPE	23	27.000,0	18	12.000,0	-	-	05	15.000,0
31. BAHIA	25	128.000,0	22	47.517,0	-	-	03	80.483,0
T O T A L	578	1.398.579,3	282	535.695,0	78	34.569,0	218	828.315,3

Handwritten signature

ANEXO IV

PNCSU - 1983

RECURSOS CONVENIADOS

U F	VALOR (Cr\$ milhões)
RO	20,0
AC	16,0
AM	8,0
Manaus	12,0
AP	10,0
RR	5,0
GO	36,0
MT	27,5
MS	16,0
MA	67,5
PI	67,5
CE	136,0
Fortaleza	31,5
RN	81,0
PB	54,0
PE	196,0
Recife	18,0
AL	22,5
SE	27,0
BA	128,0
MG	96,0
Belo Horizonte	22,5
ES	36,0
RJ	42,5
SP	82,5
PR	82,5
Curitiba	30,0
RS	129,0
Porto Alegre	9,0
SC	63,0
PA	28,0
T O T A L	1.600,5

M.L.

A N E X O V

PNCSU - 1983

APROVAÇÃO DO GRUPO EXECUTIVO PARA OBRAS E EQUIPAMENTOS

UF	À conta do Convênio de Operação	Convênio Próprio	não Conveniada	Total
MG	17.929	57.100	43.270	118.299
BH	19.057		31.050	50.107
ES	2.500			2.500
PR	8.582		17.800	26.382
SC			70.740	70.740
RS	66.500			66.500
AM	3.069			3.069
GO	1.390			1.390
MS			3.500	3.500
CE	45.530	28.000		73.530
Fortaleza	8.160		60.000	68.160
RN	15.930			15.930
SE	1.440			1.440
Recife	16.000			16.000
AL	2.400			2.400
PB			25.640	25.640
PE			97.940	97.940
Total	208.487	85.100	349.940	643.527

ML

ANEXO VI

PNCSU - 1983

RECURSOS APROVADOS MAS NÃO CONVENIADOS

U F	VALOR (Cr\$ 1.000,00)
AC	3.000
GO	12.000
MS	12.500
PI	3.330
CE	48.000
Fortaleza	116.000
RN	36.530
PB	46.980
PE	109.940
AL	4.900
SE	9.200
BA	3.330
MG	124.400
B.Horizonte	34.500
ES	4.500
SP	12.500
PR	63.400
RS	34.000
SC	84.740
T O T A L	763.750

MLL

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE PRODUTORA DE INFORMAÇÕES - UPI
EM 1983

No contexto das funções que deve desempenhar como unidade responsável pelo processamento de dados no IPLAN, a UPI executou atividades de apoio aos usuários tanto na operação de sistemas já implantados como no desenvolvimento de novos sistemas e apurações especiais, utilizando equipamentos próprios (LABO 8034 e HP 9830A) e o computador IBM 370/158 do IBGE/BSB. Paralelamente, assessorou o IPLAN em sua necessidade de contatos com outras entidades visando o intercâmbio de informações e serviços de processamento de dados.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE PRODUTORA DE INFORMAÇÕES - UPI

EM 1983

A UPI é a unidade responsável pela atividade de processamento de dados no IPLAN, devendo atender prioritariamente às seguintes entidades:

- ÓRGÃOS DO IPLAN;
- OUTROS ÓRGÃOS DO IPEA;
- SEPLAN.

O atendimento à demanda é feita com base nas seguintes diretrizes:

- 1 - DESENVOLVIMENTO INTERNO
- 2 - RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO (PESSOAL E EQUIPAMENTO)
- 3 - ACESSO A BASES DE DADOS EXTERNAS
- 4 - TABULAÇÕES ESPECIAIS UTILIZANDO O EQUIPAMENTO DO IBGE OU LABO



RELATÓRIO DETALHADO DAS ATIVIDADES DA
UNIDADE PRODUTORA DE INFORMAÇÕES - UPI
EM 1983

Com base nas diretrizes da UPI, relacionamos a seguir os principais eventos que caracterizaram suas atividades no exercício de 1983:

1 - DESENVOLVIMENTO INTERNO

1.1 - SERVIÇOS PRESTADOS PELA PRODUÇÃO

1.1.1 - IMPLANTAÇÃO DE GRÁFICOS

USUÁRIO: CPG

1.1.2 - EMISSÃO DE GRÁFICOS GERAIS

USUÁRIO: IPLAN, IPEA e SEPLAN

1.1.3 - REGRESSÕES GERAIS

USUÁRIO: IPLAN, IPEA e SEPLAN

1.1.4 - OPERAÇÃO DE SISTEMA JÁ IMPLANTADOS

USUÁRIO: IPLAN, IPEA e SEPLAN

1.1.5 - APOIO NA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS

USUÁRIO: UPI

1.2 - SISTEMAS DESENVOLVIDOS E/OU AMPLIADOS E APURAÇÕES EXECUTADAS

1.2.1 - COMÉRCIO EXTERIOR - INDICES DE QUANTUM E PREÇOS

USUÁRIO: SPB

Em operação

1.2.2 - ACOMPANHAMENTO DA PROGRAMAÇÃO E LIBERAÇÃO DE VERBAS PARA OS PROJETOS COORDENADOS PELA CSE

USUÁRIO: COMISSÃO SEPLAN DE ENERGIA
Em operação

1.2.3 - ÍNDICES DE PREÇO E QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES
E IMPORTAÇÕES DO SETOR AGRÍCOLA - ALTERAÇÃO
DE SISTEMA EXISTENTE

USUÁRIO: COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO SE-
TORIAL/SETOR DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Em operação

1.2.4 - TÁBUAS DE MORTALIDADE, NATALIDADE E FECUNDI
DADE

USUÁRIO: CNRH
Em operação

1.2.5 - REFORMULAÇÃO DO MODELO DO ALCOOL

USUÁRIO: CSE/SETOR DE MINERAÇÃO E ENERGIA
Em operação

1.2.6 - MODELO SIMPET

USUÁRIO: CSE/SETOR DE MINERAÇÃO E ENERGIA
Em operação

1.2.7 - REFORMULAÇÃO DO MODELO SIMPET

USUÁRIO: CSE/SETOR DE MINERAÇÃO E ENERGIA
Em execução

1.2.8 - INTRODUÇÃO DE NOVAS OPÇÕES DE CÁLCULOS ESTA
TÍSTICOS

USUÁRIO: IPLAN, IPEA e SEPLAN
Em operação

1.2.9 - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DOS PRINCIPAIS IN
VESTIMENTOS DO SETOR PÚBLICO (6A)

USUÁRIO: CPS
Em operação

- 1.2.10 - PRODUÇÃO, ÁREA E RENDIMENTO
USUÁRIO: COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO SE
TORIAL/SETOR DE AGRICULTURA E ABASTECIMEN-
TO
Em operação
- 1.2.11 - MODELO DE PROJEÇÃO DE MATRÍCULAS ESCOLARES
USUÁRIO: CNRH
Em operação
- 1.2.12 - ANÁLISE DO AUXÍLIO FINANCEIRO DA UNIÃO ÀS
IES NÃO FEDERAIS
USUÁRIO: CNRH
Em operação
- 1.2.13 - DISPÊNDIOS PÚBLICOS NAS ÁREAS SOCIAIS
USUÁRIO: CNRH
Em operação
- 1.2.14 - PROCESSAMENTO DOS DADOS DA PESQUISA "A TER
RA E SEU SIGNIFICADO PARA COLONOS EM RE-
GIÕES DE FRONTEIRA"
USUÁRIO: CNRH
Em execução
- 1.2.15 - CÁLCULO DE ÍNDICES DE INSTABILIDADE DO PRE
ÇO E VALOR DAS EXPORTAÇÕES
USUÁRIO: SEPLAN
Em operação
- 1.2.16 - CÁLCULO DE ÍNDICES DE PREÇO E QUANTIDADE
DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS POR PAI
SES
USUÁRIO: COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO SE
TORIAL/SETOR DE AGRICULTURA E ABASTECIMEN-
TO
Em operação

2 - RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO

2.1 - PESSOAL

2.1.1 - EXPANSÃO DA EQUIPE:

A partir de fevereiro de 1983 a equipe de desenvolvimento da UPI foi expandida com a contratação de dois analistas. A partir de setembro do mesmo ano um elemento do IBGE passou a prestar serviços ao IPLAN, na área de Documentação, tendo sido tal elemento incorporado à equipe da UPI por tempo indeterminado.

2.1.2 - RECICLAGEM DO PESSOAL TÉCNICO

- PARTICIPAÇÃO EM PALESTRAS DA IBM
- PARTICIPAÇÃO NO CONGRESSO DE INFORMÁTICA PROMOVIDO PELA TELEBRÁS
- CONGRESSO DA SUCESU
- Visita de um elemento da equipe à Feira de Informática
- CONTACTOS COM OUTROS USUÁRIOS LABO
- Tais contatos se verificaram através de:
 - participação em duas reuniões do CLUBE DE USUÁRIOS LABO
 - visita às instalações da UFRJ e da PUC, no Rio de Janeiro.

2.2 - EQUIPAMENTO:

2.2.1 - EXPANSÃO DA CONFIGURAÇÃO DO LABO 8034:

2.2.1.1 - MEMÓRIA:

SITUAÇÃO ANTERIOR: 96 KBYTES

SITUAÇÃO ATUAL: 224 KBYTES

2.2.1.2 - DISCOS MAGNÉTICOS:

SITUAÇÃO ANTERIOR: 20 MBYTES DE CAPACIDADE NOMINAL DE ARMAZENAMEN
TO

SITUAÇÃO ATUAL: 64 MBYTES DE CAPACIDADE NOMINAL DE ARMAZENAMENTO VELOCIDADE DE TRANSFERÊNCIA APROXIMADAMENTE 3 VEZES SUPERIOR À ANTERIOR

2.2.1.3 - AQUISIÇÃO DE NOVA IMPRESSORA

Foi adquirida a impressora EMILIA da Prológica com a capacidade de 160 CPS. A instalação desta nova impressora serial foi providenciada com o objetivo de desafogar a impressora de linha cuja utilização já estava atingindo um ponto crítico.

2.2.1.4 - SISTEMA OPERACIONAL

SITUAÇÃO ANTERIOR: RELEASE 3.8

SITUAÇÃO ATUAL: RELEASE 3.10

2.2.2 - MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO

2.2.2.1 - MANUTENÇÃO DA HP

Além da manutenção normal do equipamento LABO, podemos registrar como procedimento extra, o reparo que se fez necessário no Plotter e na unidade de cassete, ambos da HP.

3 - ACESSO A BASE DE DADOS EXTERNAS

3.1 - SLR - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE RECURSOS FINANCEIROS

USUÁRIO: GAB DO IPLAN

FORNECEDOR: IBGE/SEPLAN

3.2 - SIDRA

USUÁRIO: CPR

FORNECEDOR: IBGE

3.3 - RAIS

USUÁRIO: CPS

FORNECEDOR: SERPRO

3.4 - ORÇAMENTO DA UNIÃO

USUÁRIO: CNRH

FORNECEDOR: SECIN

4 - TABULAÇÕES ESPECIAIS - UTILIZANDO O IBGE

4.1 - SAS

Utilizando terminais do IBGE, instalados nas dependências da UPI foram realizadas várias análises estatísticas através do SAS - Statistical Analyses Systems

USUÁRIO: IPLAN, IPEA e SEPLAN

5 - CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERCEIROS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE GRANDE PORTE

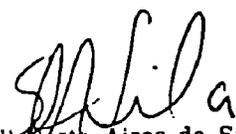
5.1 - SISTEMAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO (LABO)

Foram efetuados os contatos preliminares no sentido de se estabelecer as bases para eventual contratação de serviços de terceiros no levantamento desenvolvimento e implantação dos seguintes sistemas:

- SISTEMA GERAL DE ENTRADA DE DADOS
- CONVERSÃO DO SAEST PARA O LABO
- SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONJUNTURAIS
- SISTEMA DE TRATAMENTO DE SÉRIES TEMPORAIS

Tais sistemas precisam ser contratados a terceiros pois a equipe de desenvolvimento da UPI já está demasiadamente comprometida com o atendimento à demanda atual. O desenvolvimento desses sistemas têm

justamente por objetivo, facilitar a tarefa da equipe de desenvolvimento, principalmente no que se refere ao atendimento das solicitações de apuração que vêm se tornando cada vez mais volumosa.


Sueli Costa Alves da Silva
Chefe de UDI/IPLAN

MEMO CPG/IPLAN nº 01/84

Brasília, 23 de janeiro de 1983

Do: Coordenador da CPG
Ao: Dr. JOSE TEÓFILO OLIVEIRA
Superintendente-Adjunto do IPLAN
Assunto: Relatório de atividades da CPG

A Coordenadoria de Planejamento Geral (CPG) do IPLAN se compõe de dois setores: o Setor de Planejamento Governamental (SPG) e o de Planejamento Global (SPB), que juntamente com o Coordenador da CPG encarregam-se das tarefas pertinentes ao acompanhamento e avaliação das políticas macroeconômicas do Governo Federal, além de assessoria eventual à SEPLAN.

Neste Relatório especificam-se as tarefas alocadas a cada um dos setores assim como as desenvolvidas pessoalmente pelo Coordenador da CPG.

Tarefas do Coordenador da CPG

Além da supervisão de todos os trabalhos alocados a cada setor da CPG, coube ao Coordenador as seguintes tarefas específicas:

I. Elaboração de subsídios

1. Redação do texto da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional, no que se refere à Política Macroeconômica - jan/83;

2. acompanhamento de dados e estudo sobre as implicações da presença do Estado na economia - fev/83;

3. elaboração de estudos sobre economia mundial

déficit público e dívida interna, bem como acompanhamento e comentários ao Programa de Estabilização da Economia Brasileira com o FMI; mar/83

4. elaboração de notas sobre o déficit do Setor Público e de projeções para 1983 e fornecimento de subsídios à SG/SEPLAN, para pronunciamento do Sr. Secretário-Geral sobre Setor Público; abr/83

5. revisão das projeções do Balanço de Pagamentos para 1983, elaboração de estudos sobre PIB, dívida externa bruta e medidas adicionais para contenção do déficit público;

Acompanhamento do Orçamento Monetário/83;

Elaboração, juntamente com o Banco Central, do Relatório Trimestral (1º/83) ao FMI; mai/83

6. estudos sobre o programa de ajustamento da economia brasileira e o déficit do Setor Público; jun/83

7. revisão do Orçamento Monetário/83, estudos sobre o Balanço de Pagamentos (conceito FMI/Staff) e sobre financiamento do Setor Público e Déficit das Empresas Estatais; jul/83

8. estudo sobre Algumas Implicações da Ação do Estado na Economia Brasileira; projeções do Déficit 1983 e elaboração, juntamente com o Banco Central, do Relatório Trimestral ao FMI (2º/83); ago/83

9. acompanhamento dos Orçamentos da SEST e Monetário 1983/84; projeções e análise dos resultados - déficit; e acompanhamento e atualização de dados integrantes de documento ao Clube de Paris; set/83

10. acompanhamento e atualização de dados do Programa de Ajustamento com o FMI, de acordo com o conceito e definição de Crédito Interno Líquido do Memorando de Entendimentos do Acordo Brasil-FMI; out/83

11. simulações de Exportação, Dívida Externa e Crescimento para as décadas de 80 e 90; nov/83

II. Atividades específicas

1. Parecer em estudos, documentos e anteprojetos de lei;
2. redação de capítulos diversos dos Relatórios Trimestrais preparados pela CPG nos meses de abril, julho, outubro e dezembro;
3. elaboração de estudos sobre a presença do Estado na economia;
4. elaboração, em conjunto com o BACEN, de relatórios trimestrais ao FMI;
5. participações em Missões Oficiais do Brasil no FMI;
6. coordenação de Grupo de trabalho do Comitê Interministerial de Acompanhamento da Execução dos Orçamentos Públicos, resolução 831.

III. Atividades especiais (específicas de Mary de Melo Sousa, dentre outras)

1. Exercícios de simulações e projeções da Dívida Externa Brasileira;
2. coordenação do Grupo Interministerial para a apresentação de sugestões à Política Habitacional do BNH, bem como representação da SEPLAN/PR no referido Grupo;
3. exercícios de projeções de Índices de Preços: Produto Industrial e Comércio Exterior, segundo o modelo 'Box' Jenkins.

IV. Participação em Congressos e Reuniões

1. Participação nas reuniões de Conjuntura do INPES/IPEA, nos meses de outubro e dezembro de 1983;
2. participação nas reuniões semanais do Comitê

Interministerial de Acompanhamento da Execução dos Orçamentos Públicos (COMOR), na SEPLAN;

3. participação nas reuniões do Conselho Técnico do IBGE, como representante do IPEA, nos meses de abril, agosto e novembro de 1983;

4. participação em diversas reuniões de trabalho com técnicos do IBGE, INPES, FGV, BNH, BNDES e Banco Central;

5. participação em reuniões (Missões Oficiais) no FMI, em Washington, jan/fev e mai/83;

6. participação, atendendo a convite do Secretário-Executivo da CEPAL, da reunião sobre Comércio Exterior na América Latina - Santiago do Chile, mar/83;

7. participação em Seminário sobre Dívida Externa e Abertura Política em Países do Cone-Sul - Santiago do Chile, dez/83;

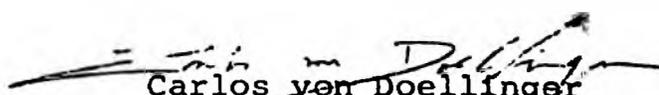
8. Realização das seguintes conferências por indicação IPEA/SEPLAN:

a) "Panorama atual da Economia do País", Escola de Guerra Naval, Rio, 11/07/83;

b) "O papel da Resolução 831 no Controle do Déficit Público", Banco Central do Brasil, Brasília, 28/09/83;

c) "Planejamento do Crescimento e da Estabilização Econômica", Fundação Centro de Formação do Servidor Público, Brasília, 22/11/83.

Atenciosamente,


Carlos von Doellinger
COORDENADOR

Anexos:

Relatório de atividades SPB/CPG/IPLAN

Relatório de Atividades SPG/CPG/IPLAN (Memo SPG nº 01/84)

Síntese dos Relatórios

MEMO.SPG/CPG/Nº 001/84

Brasília, 18 de janeiro de 1984

De : Horacio da Silva Botelho
Coordenador do SPG

Para : Dr. Carlos von Doellinger
Coordenador da CPG

ASS. : Relatório de Atividades de 1983

Senhor Coordenador,

Em conformidade com a determinação de V.Sa. para atendimento à exigência regimental do IPLAN/IPEA, encaminho através deste um resumo das atividades exercidas pelos técnicos deste Setor de Planejamento Governamental (SPG).

Dentro das atribuições afetas à CPG/IPLAN, é delegada ao SPG/CPG o acompanhamento - e elaboração de estudos específicos - das seguintes áreas:

- Política Fiscal e Tributária nos diferentes níveis de Governo;
- Política Monetária e Creditícia;
- Consolidação das Contas do Setor Público (lactu sensu).

Assim sendo, pode-se dividir as tarefas inerentes a este SPG em 4 segmentos:

- a) aquele relacionado diretamente com as atividades rotineiras;

- b) o direcionado a apoio e subsídios à tomada de decisões;
- c) o pertinente a atendimento de ordem superior;
- d) outros de interesse do IPLAN e da Coordenadoria.

Quanto ao discriminado no item a, foram executadas as seguintes atividades:

a.1) Coleta, armazenamento e análise de dados estatísticos referentes à área de atuação do setor;

a.2) Elaboração de relatórios mensais sobre a execução orçamentária do Tesouro Nacional, dos Estados e Municípios e; execução financeira do Tesouro Nacional;

a.3) Acompanhamento mensal da consolidação das contas do Setor Público, abrangendo o Orçamento Fiscal, o Orçamento Monetário, a Conta da Dívida Pública e o Orçamento das Empresas Estatais;

a.4) Acompanhamento da evolução das "Necessidades de Financiamento do Setor Público" e do "Crédito Interno Líquido das Autoridades Monetárias" de acordo com o programa estabelecido com o Fundo Monetário Internacional;

a.5) Elaboração de relatórios sobre a conjuntura econômica nacional (semestrais) por solicitação da DSI/SEPLAN;

a.6) Elaboração dos subsídios à Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional.

Com respeito ao item b foram elaborados diversos pareceres nos assuntos atinentes à competência do setor, tais como:

b.1) Projetos de Lei do Congresso Nacional sobre assuntos de Política Fiscal e Tributária;

b.2) Projetos de Lei envolvendo temas de assunto financeiro.

Com relação ao ítem c foi determinado ao Setor:

c.1) Preparar minuta de resposta a várias consultas em caminhadas à SEPLAN, por parlamentares e pela população;

c.2) Proferir palestras na Escola Nacional de Informações (EsNI) e na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).

Com respeito ao ítem d, merecem destaque:

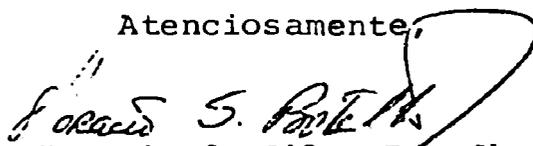
d.1) Participação de técnico em curso patrocinado pela CEPAL/ILPES na cidade de Santiago/Chile;

d.2) Indicação de técnicos para lecionar em diversos cursos patrocinados pelo CENDEC;

d.3) Publicação de artigos sobre Finanças Públicas em revistas especializadas e, bem como, elaboração de trabalhos — de âmbito interno — para discussão entre os técnicos do Setor.

Sem mais para o momento, subscrevo-me

Atenciosamente,


Horácio da Silva Botelho
Coordenador do Setor de Planejamento
Governamental - S-8



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO SETOR DE
PLANEJAMENTO GLOBAL (SPB) EM 1983

I - TRABALHOS ROTINEIROS

1 - Elaboração mensal da publicação "Indicadores Conjunturais", juntamente com o Setor de Planejamento Governamental, contendo uma análise das políticas e variáveis macroeconômicas, relativas à economia internacional, o setor externo, o produto real, o emprego, preços e salários e o mercado financeiro;

2 - Elaboração de relatórios trimestrais, semestrais e anual, juntamente com o Setor de Planejamento Governamental, sobre o desempenho da economia brasileira;

3 - Elaboração de pareceres sobre as seguintes pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Estudos de Conjuntura Econômica FIPE/IPEA:

- a) Índices de Preços ao produtor da indústria paulista;
- b) Novo sistema de índices de preços ao consumidor de São Paulo;
- c) Índices de cobertura dos reajustes salariais; e,
- d) Custos e inflação: Teorias e Medidas

4 - Elaboração de pareceres sobre projetos de lei relativos à política monetária e creditícia, setor externo, política salarial, correção monetária de débitos, política financeira de habitação e fixação do salário mínimo;

5 - Preparação das portarias mensais e trimestrais de correção monetária, saldos devedores de financiamentos habitacionais, contribuições para Previdência Social, débitos trabalhistas, desapropriações e valores de referência;

6 - Elaboração de respostas a consultas e sugestões feitas à SEPLAN, relativas, principalmente, a correção monetárias, política salarial e índices de preços.

II - TRABALHOS ESPECIAIS

1 - Versão preliminar da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional - 1982;

2 - Atualização de projeções macroeconômicas, relativas a produção e emprego, para o documento Consolidação Plurianual de Programas de Governo - CPPG;

3 - Relatório de acompanhamento das medidas de política econômica em 1983, preparado por solicitação da OEA;

4 - Previsão de contas externas e projeções macroeconômicas, incluindo proposta de redução de importações do setor Governo e impacto sobre o nível de emprego, como subsídio à programação do setor externo em 1984;

5 - Exercícios de previsão da taxa de inflação;

6 - Simulações das trajetórias de Balanço de Pagamentos e Dívida Externa do Brasil ao longo da década de 70 e 80;

7 - Simulações sobre a política salarial envolvendo a evolução do salário real, folha salarial, diversos períodos de reajuste e taxas de inflação;

8 - Desenvolvimento de modelos de previsão, seguindo a metodologia Box-Jenkins, para séries de exportações e importações (com e sem petróleo), e produção da indústria de transformação e extrativa mineral;

9 - Preparação de subsídios para a realização de palestras por autoridades econômicas na área da SEPLAN;

- 10 - Análise do Decreto-Lei nº 2 065.
- 11 - Conjuntura Econômica em 1983 (até setembro).
- 12 - Política Econômica em 1984.
- 13 - Evolução da Economia mundial após 1970 - versão preliminar.
- 14 - Perda de poder aquisitivo dos assalariados com a recente alteração da Política Salarial: uma crítica sobre os cálculos de Cristovam Buarque
- 15 - Padrões de comércio Brasil/EEUU
- 16 - Comentários sobre o trabalho "Política Salarial" de autoria do Deputado Luiz A. Fayet.
- 17 - Considerações À Política Cambial em 1983/1984
- 18 - Perspectivas econômicas para 1983/1985.
- 19 - O ajustamento externo da economia brasileira.
- 20 - O problema da inflação.
- 21 - Política Monetária e Inflação.
- 22 - Política Fiscal e Déficit Público.
- 23 - Mensagem do Ministro na Câmara dos Deputados
- 24 - Política econômica em 1983
- 25 - Câmbio e política cambial
- 26 - Economia Brasileira - reunião do Conselho Monetário Nacional de 23/10/83



27 - Dívida Externa e Moratória

28 - A atual crise brasileira

29 - Política salarial pós nov/79

30 - Política salarial a experiência recente de outros Países.

No que concerne a encontros realizados fora do âmbito da SEPLAN, o Setor teve participação em diversos seminários.

18.01.84.



Relatório de Atividades da CPG/IPLAN - 1983 (síntese)

A Coordenadoria de Planejamento Geral do IPLAN se compõe de dois setores: o Setor de Planejamento Governamental (SPG) e o de Planejamento Global (SPB), que juntamente com o Coordenador da CPG encarregam-se das tarefas pertinentes ao acompanhamento e avaliação das políticas macroeconômicas do Governo Federal, além de assessoria eventual à SEPLAN.

Dentro das atribuições afetas a esta Coordenadoria, destacam-se dois grupos de atividades, a saber: aquelas consideradas rotineiras e as especiais (elaboração de subsídios e atendimento de ordem superior). Segue, portanto, uma síntese dos trabalhos elaborados durante o ano de 1983 por esta CPG.

Trabalhos rotineiros

- Pareceres em estudos, documentos, anteprojetos de lei e convênios firmados pelo IPEA;
 - elaboração mensal da publicação "Indicadores Conjunturais" e de relatórios trimestrais, semestrais e anuais sobre o desempenho da economia brasileira;
 - elaboração da versão preliminar da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional;
 - elaboração de estudos sobre a presença do Estado na Economia, bem como acompanhamento e atualização de dados sobre a Conta Consolidada do Setor Público, Orçamentos, projeções e notas sobre o Programa de Ajustamento Econômico com o FMI;
 - atualização de projeções macroeconômicas, relativas a produção e emprego, para o documento Consolidação Plurianual de Programas de Governo (CPPG);
 - preparação das portarias mensais e trimestrais de correção monetária, saldos devedores de financiamentos habitacionais, contribuições para a Previdência Social, débitos trabalhistas, desapropriações e valores de referência.
- 

Trabalhos especiais

- Relatórios de acompanhamento de medidas de política econômica tomadas em 1983, preparado por solicitação da OEA;
- preparação de minutas de respostas a vários temas encaminhados à Presidência da República pela população;
- crítica a trabalhos enviados à SEPLAN ou à Presidência da República e elaboração de respostas a consultas feitas àquela SEPLAN;
- preparação de subsídios para a realização de palestras por autoridades econômicas na área da SEPLAN;
- acompanhamento, projeções e hipóteses do Balanço de Pagamentos do Brasil e simulações da dívida externa como subsídios à programação do setor externo;
- acompanhamento da Consolidação dos Orçamentos Federais, de Projeções de Crescimento de Emprego, acompanhamento de dados sobre o Setor Público Federal, Empresas Estatais e PIB;
- simulações sobre a política salarial, envolvendo a evolução do salário real, folha salarial, diversos períodos de reajuste e taxas de inflação;
- estudos sobre a perda de poder aquisitivo dos assalariados com a recente alteração da Política Salarial: uma crítica sobre os cálculos de Cristovam Buarque;
- desenvolvimento de modelos de previsão, seguindo a metodologia Box-Jenkins, para séries de exportações e importações (com e sem petróleo), e produção da indústria de transformação e extrativa mineral;
- desenvolvimento de modelo estocástico para ajustar a série do PIB, em função da Formação Bruta de Capital Fixo e Importações;
- estudo analítico do Orçamento Monetário/83;
- estudos sobre Conjuntura Econômica em 1983, Política Econômica em 1983 e 84, economia mundial, padrões de Comércio Brasil/Estados Unidos, Câmbio e Política cambial;

- comentários sobre o trabalho "Política Salarial" de autoria do Deputado Luiz A. Fayet;
- Considerações à Política Cambial em 1983/84;
- Perspectivas econômicas para 1983/85;
- O problema da Inflação;
- Política Monetária e Inflação;
- Política Fiscal e Déficit Público;
- Mensagem do Ministro na Câmara dos Deputados;
- Economia Brasileira - reunião do Conselho Monetário Nacional de 23/10/83;
- análise do Decreto-Lei nº 2.065/83;
- Dívida Externa e Moratória;
- Estudos sobre a Atual Crise Brasileira, política salarial pós nov/79 e Política Salarial - experiência recente de outros Países;
- elaboração, em conjunto com técnicos do Banco Central, de relatórios trimestrais ao FMI;
- Acompanhamento e comentários ao Programa de Estabilização Econômica com o FMI e atualização de dados integrantes de documento ao Clube de Paris;
- Coordenação (por alguns técnicos) de grupos de trabalho com atuação na área de Orçamentos Públicos e de Política Habitacional;
- participação em diversas reuniões de trabalho com técnicos do IBGE, FGV, BNDES, BACEN, BNH e INPES;
- participação em missões oficiais do Brasil no FMI - Washington;
- participação em Reuniões e Seminários Internacionais sobre Comércio Exterior e Dívida Externa;
- realização, por indicação da SEPLAN/PR, de palestras e conferências na Escola de Guerra Naval, Banco Central do Brasil, FUNCEP, Escola Nacional de Informações e ADESG, sobre temas relacionados à política econômica.

I. SÍNTESE DAS ATIVIDADES

Em 1983 a Coordenadoria de Planejamento Regional, desincumbindo-se das responsabilidades que são atribuídas, realizou, em síntese, as atividades a seguir relacionadas.

1. Coordenação e supervisão dos trabalhos desenvolvidos nos setores de Desenvolvimento Regional (SDR), Desenvolvimento Urbano (SDU) e Programas Especiais (SPE):

2. Realização de atividades no âmbito do Projeto Nordeste, destacando-se:

(a) assessoramento ao Superintendente do IPLAN no desempenho de suas funções de membro da Comissão Interministerial do Projeto;

(b) participação nas reuniões dessa Comissão Interministerial;

(c) desenvolvimento de estudos, análises, discussões e elaboração de documentos sobre os trabalhos do Projeto, inclusive os necessários à sua concepção técnica e sua organização;

(d) promoção e organização de reuniões sobre o Projeto, ressaltando-se a reunião Projeto Nordeste—Projeto Consolidação do Sistema Fundiário Nacional e a realizada com dirigentes de órgãos nacionais (sistemas setoriais).

3. Representação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República no Conselho de Administração da Codeban.

4. Representação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República no Conselho de Administração da Codeplan.

5. Realização de viagem a Washington com vistas à negociação de recursos, junto ao Banco Mundial, para o POLONOROESTE.

II. RÊSUMO DOS TRABALHOS REALIZADOS PELOS SETORES

1. Setor de Desenvolvimento Regional

As atividades do Setor de Desenvolvimento Regional em 1983, segundo as atribuições que lhe foram conferidas, relacionaram-se com:

(a) administração dos recursos financeiros oriundos do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Nordeste (PROTERRA);

(b) estudos referentes ao Projeto de Desenvolvimento Industrial do Nordeste, com a colaboração do PNUD, da CEPAL e do ILPES;

(c) montagem de sistema de contas regionais para o Brasil;

(d) atualização da Consolidação Plurianual de Programas de Governo;

(e) atividades de assessoramento superior em assuntos de desenvolvimento regional.

a - Administração do PIN e PROTERRA

Analisaram-se e propuseram-se medidas objetivando aperfeiçoar o processo de programação e simplificar procedimentos relativos à administração orçamentária e financeira destes programas, destacando-se:

i - Portaria nº 95, de 05.07.83, que institui o formulário de cadastro de projetos para os empreendimentos que recebem recurso do PIN e PROTERRA;

ii - Portaria SG nº 45, de 27.07.83, que subdelega ao Secretário de Planejamento da SEPLAN-PR competência para aprovar planos de aplicação dos recursos do PIN e PROTERRA classificados no

Elemento de Despesa nº 4130.

Simultaneamente, desenvolveram-se atividades de rotina referentes à administração do PIN e PROTERRA, destacando-se, sinteticamente:

- i - acompanhamento do comportamento da receita;
- ii - elaboração de cronogramas globais de desembolso, e posterior ajustamento ao comportamento da receita;
- iii - adoção de medidas referentes à alocação de recursos, aprovação de planos de aplicação e de cronogramas de desembolso, bem como demais atos administrativos visando à liberação dos recursos aprovados (exposições de motivos, portarias, ofícios etc.);
- iv - acompanhamento da execução orçamentária e financeira;
- v - elaboração de proposta e participação nas decisões referentes à preparação do orçamento de 1984;
- vi - adoção de medidas relativas à abertura de créditos suplementares;
- vii - elaboração de notas e pareceres sobre alocação de recursos e procedimentos administrativos.

b - Projeto de Desenvolvimento Industrial do Nordeste

Foram os seguintes os principais trabalhos realizados no âmbito deste Projeto:

- i - conclusão da primeira etapa, com elaboração e discussão técnica dos relatórios preliminares referentes aos denominados complexos industriais do Nordeste: Pólo Cloroquímico de Alagoas, Complexo Integrado Industrial de Base de Sergipe, Complexo Petroquímico de Camaçari, Complexo Industrial-Portuário de Suape, III Pólo Industrial do Nordeste e Complexo Químico-Metalúrgico do Rio Grande do Norte;
- ii - elaboração do documento "Complexos Industriais, Industrialização e Desenvolvimento Regional";
- iii - realização, no período de 26 a 28 de julho, do Seminário sobre Complexos Industriais do Nordeste — IPEA, PNUD, ,

CEPAL E ILPES — para apresentação e discussão técnica dos resultados dos estudos desenvolvidos na primeira fase do Projeto e discussão de sua segunda fase, focalizando objetivos, prioridades e alternativas para industrialização da região;

iv - elaboração e início de discussão interna de documentos integrantes da segunda fase, referentes à política de industrialização do Nordeste, a serem apresentados em seminário previsto para março de 1984: "Instrumentos de Promoción Industrial y Desarrollo Regional — Discusión de Algunas Líneas de Política para el Nordeste"; "Síntese dos Relatórios, Conclusões e Recomendações" — descrição sumária, análise das prováveis relações industriais entre os complexos industriais e possíveis estrangulamentos, além das principais conclusões e recomendações; "Considerações Sobre a Indústria do Nordeste Desde suas Origens até Início da Década de 60"; "A Política de Industrialização do Nordeste em Face da Crise Econômica Brasileira"; "Emprego e Industrialização no Nordeste"; "A Competitividade da Indústria do Nordeste";

v - elaboração, encontrando-se em fase de conclusão, os documentos "Proposta de Política para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste", "Evolução do Setor Industrial no Nordeste no Período 1960—1980", "A Experiência da Industrialização do Nordeste — A Nova Indústria Nordestina", "Subsídios para a Formulação de Programa de Fomento à Pequena e Média Indústria do Nordeste" e "FINOR—Critérios de Análise e Enquadramento de Projetos".

c - Sistema de Contas Regionais

As atividades desenvolvidas voltaram-se para assessoramento técnico a entidades regionais e estaduais que executam ações pertinentes ao Projeto, seja por iniciativa própria (SUDENE e PRODIAT) seja em decorrência de convênio com o IPEA (SEADE-SP). Entre essas atividades, destacam-se:

i - elaboração de relatório final sobre a primeira etapa dos trabalhos de implantação do Sistema de Contabilidade Social para o Estado de São Paulo, objeto de convênio entre o IPEA e a Fundação SEADE;

ii - elaboração de parecer sobre proposta de renovação

ção e preparação de minuta final do Convênio IPEA—SEADE, objetivando o aprimoramento e ampliação dos agregados econômicos considerados no escopo da primeira fase do trabalho;

iii - elaboração de nota sobre o Projeto de Contas Regionais para o Brasil, com indicações metodológicas e estimativa de custos de implantação;

iv - elaboração de nota sobre o levantamento dos agregados econômicos de sistema de contabilidade social para o Estado do Pará, por solicitação do PRODIAT;

v - elaboração de nota sobre o "Informe de Missión a los Estados de Ceará y Bahia", tratando de proposta de estudos para contabilidade social desses estados.

2. Setor de Desenvolvimento Urbano

Participando das ações desenvolvidas pelo Governo Federal no campo do desenvolvimento urbano, o SDU atuou principalmente nas áreas de saneamento e habitação, regiões metropolitanas, cidades de porte médio, núcleos urbanos de apoio rural, projetos de melhoria de condições de vida de populações de áreas periféricas. Além disso, colaborou na elaboração da Consolidação Plurianual de Programas de Governo (CPPG) e de propostas de alocação de recursos do FINSOCIAL.

Destaca-se, ainda, o assessoramento ao Secretário Geral da SEPLAN enquanto membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.

a - Saneamento e Habitação

As principais atividades neste campo relacionam-se com acompanhamento e avaliação das políticas habitacional e de saneamento, bem como assessoramento às instâncias superiores sobre assuntos de apoio financeiro, modificações institucionais, projetos de cooperação técnica e outras atividades semelhantes, envolvendo posicionamento da SEPLAN.

b - Regiões Metropolitanas

O SDU participou de GT instituído pelo CNDU com vistas ao aperfeiçoamento da legislação federal sobre regiões metropolitanas. Trabalhou também na verificação da compatibilidade entre os planos metropolitanos e as prioridades estabelecidas nos planos nacionais de desenvolvimento, de acordo com o disposto no Decreto nº 85 916, de 15.04.81.

c - Cidades de Porte Médio (CPM-II)

Registre-se a contribuição à SDU—MINTER na elaboração dos Termos de Referência do Programa Especial Cidades de Porte Médio (CPM-II), com base em análise do desempenho do CPM-I.

d - Núcleos Urbanos de Apoio Rural

Apoiaram-se as atividades desenvolvidas pelos governos estaduais, basicamente do Norte e Nordeste, na elaboração de programas que buscam maior articulação rural—urbana.

e - Projetos de Melhoria das Condições de Vida de Populações de Áreas Periféricas

Desenvolveu-se acompanhamento da elaboração e execução de programas, a níveis estadual e municipal, destinados a melhorar as condições de vida das populações periféricas, mormente no que diz respeito à criação de emprego e geração de renda.

f - FINSOCIAL

Deu-se apoio à elaboração de exposições de motivos para definição das alocações globais de recursos, além de realizarem-se análises e emitirem-se pareceres sobre a destinação desses recursos.

g - Consolidação Plurianual de Programas de Governo

O SDU participou da elaboração da CPPG nos capítulos "Programas de Desenvolvimento Urbano" e "Política Habitacional, de Saneamento e Meio Ambiente".

Além dessas atividades, iniciou-se trabalho conjunto com a SE—CNDU para avaliação da atual política de desenvolvimento urbano, com vistas à formulação de nova política para o setor.

c - Setor de Programas Especiais

Além de dar continuidade às suas tarefas específicas, quais sejam as de coordenar, a nível da SEPLAN-PR, a administração dos programas especiais de desenvolvimento regional em execução no país, o SPE participou ativamente, em 1983, dos trabalhos referentes ao Projeto Nordeste. Prestou assessoramento aos órgãos de diferentes níveis da administração pública em trabalhos referentes à sua área de atividades, especialmente a nível da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e dedicou-se a apoiar tecnicamente os governos estaduais — a estes no que diz respeito a suas programações específicas, àqueles sobretudo no atinente à apreciação de pleitos de apoio financeiro e técnico, à gestão dos programas especiais e ao FINSOCIAL.

Destaca-se, ainda, a atuação no sentido de agilizar e tornar mais eficiente a sistemática de controle e repasse de recursos externos para os programas especiais.

No tocante a estes programas — POLONORDESTE, Projeto Sertanejo, PROHIDRO, PROCANOR e Programa de Agroindústrias, no Nordeste; POLAMAZÔNIA e PRONORPAR, no Norte; POLOCENTRO, POLONOROESTE, Programa da Região Geoeconômica de Brasília, PROMAT e PROSUL, na região Centro-Oeste; PRODENOR, PRODOPAR, PRONOROESTE e PROMIRIM, no Sul; e os PDRI's do Acre e do Amazonas — as atividades básicas referem-se à coordenação e acompanhamento de sua execução, destacando-se a participação na formulação da programação para 1984-1985 e a elaboração de exposições de motivos para o Conselho de Desenvolvimento Econômico.

O SPE participou também de trabalhos que visavam ao primoramento da operação do sistema de controle do Fundo de Antecipação de Gastos, com vistas a agilizar os mecanismos de repasse, aperfeiçoar o controle dos dispêndios e tornar o sistema mais eficiente.

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO REGIONAL (CPR)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES — 1983

SETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
RELATÓRIO DE ATIVIDADES
1983

O Setor de Desenvolvimento Regional (SDR), segundo a tribuições que lhe foram conferidas, desenvolveu no período de refe rência, atividades relacionadas com:

- a) administração dos recursos financeiros oriundos do Programa de Integração Nacional-PIN e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste PROTERRA;
- b) estudos referentes ao Projeto Desenvolvimento Industrial do Nordeste com a colaboração do PNUD, da CEPAL e do ILPES;
- c) montagem de um sistema de Contas Regionais para o Brasil;
- d) atualização da CPPG; e
- e) atividades de assessoramento superior, em assuntos de desen volvimento regional.

I - ATIVIDADES PRINCIPAIS

1. Administração do PIN e do PROTERRA

Simultaneamente às atividades de rotina, abaixo rela cionadas, foram analisadas e propostas medidas objetivando aperfei çoar o processo de programação e simplificar os procedimentos rela tivos a administração orçamentário - financeira do PIN e do PROTERRA destacando-se:

- a) Portaria nº 95, de 05.07.83, que institui o formulário de Cadastro de Projeto para os programas e projetos que rece bem recursos oriundos do PIN e do PROTERRA;
- b) Portaria SG nº 45 de 27.07.83, que subdelegá comp etência ao Secretário de Planejamento da SEPLAN/PR para aprovar os Pla nos de Aplicação dos recursos do PIN e do PROTERRA classifi cados no Elemento de Despesa 4.1.3.0.

As atividades desenvolvidas relativas à administração do PIN e do PROTERRA foram, sinteticamente:

- a) acompanhamento do comportamento da receita;
- b) elaboração de cronogramas globais de desembolso e posterior ajustamento ao comportamento da receita;
- c) adoção de medidas referentes à alocação de recursos, aprovação de planos de aplicação e de cronogramas de desembolso e demais atos administrativos visando a liberação dos recursos aprovados (Exposições de Motivos, Portarias, Ofícios etc.);
- d) acompanhamento da execução orçamentária e financeira;
- e) elaboração de proposta e participação nas discussões referentes à preparação do orçamento para 1984;
- d) adoção de medidas relativas a abertura de créditos suplementares; e,
- g) notas e pareceres sobre a alocação de recursos e procedimentos administrativos.

2. Projeto de Desenvolvimento Industrial do Nordeste

O Projeto de Desenvolvimento Industrial do Nordeste resulta de acordo de cooperação técnica e financeira entre o IPEA e o PNUD, a CEPAL e o ILPES. Principais resultados:

- a) conclusão da 1.^a etapa do Projeto, com a elaboração e discussão técnica dos relatórios preliminares referentes aos denominados Complexos Industriais do Nordeste:
 - Polo Cloroquímico de Alagoas;
 - Complexo Integrado Industrial de Base de Sergipe;
 - Complexo Petroquímico de Camaçari;
 - Complexo Industrial Portuário de Suape;
 - III Pólo Industrial do Nordeste; e
 - Complexo Químico Metalúrgico do Rio Grande do Norte;
- b) elaboração do documento "Complexos Industriais, Industrialização e Desenvolvimento Regional";

- c) realização, no período de 26 a 28.07.83, do Seminário sobre Complexos Industriais do Nordeste - IPEA/PNUD/CEPAL e ILPES, para apresentação e discussão técnica dos resultados dos estudos desenvolvidos na 1.^a fase do Projeto, com base nos documentos acima mencionados, bem como a discussão da 2.^a fase do Projeto, focalizando objetivos, prioridades e alternativas para a industrialização do Nordeste.
- d) elaboração e início da discussão interna dos seguintes documentos integrantes da 2.^a fase do Projeto, referentes à política de industrialização do Nordeste, a serem apresentados em Seminário previsto para março de 1984, no término do Projeto:
- "Instrumentos de Promoción Industrial y Desarrollo Regional: Discussión de Algunas Lineas de Política para el Nordeste";
 - "Documento de Síntese dos Relatórios e de Conclusões e Recomendações", compreendendo a descrição sumária, análise das prováveis relações industriais entre os mencionados complexos industriais e possíveis estrangulamentos, bem como as principais conclusões e recomendações;
 - "Considerações sobre a Indústria do Nordeste desde suas origens até início da década de 60";
 - "A Política de Industrialização do Nordeste em Face da Crise Econômica Brasileira";
 - "Emprego e Industrialização no Nordeste";
 - "A Competividade da Indústria do Nordeste".
- e) em fase de conclusão, os documentos:
- "Proposta de Política para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste".

- "Evolução do Setor Industrial do Nordeste no período 1960 a 1980";
- "A Experiência da Industrialização do Nordeste - a Nova Indústria Nordestina".
- "Subsídios para a Formulação de um Programa de Fomento à Pequena e Média Indústria do Nordeste";
- "FINOR - Critérios de Análise e Enquadramento de Projetos".

3. Sistema de Contas Regionais

As atividades desenvolvidas voltaram-se para a prestação de assessoramento técnico às entidades regionais e estaduais que vêm executando ações pertinentes ao Projeto, seja por iniciativa própria (SUDENE e PRODIAT) seja em decorrência de convênio com o IPEA (SEADE-SP).

Entre as ações desenvolvidas, destacam-se:

- a) Relatório final sobre a 1.^a etapa dos trabalhos de implantação do sistema de contabilidade social para o Estado de São Paulo, objeto de convênio específico entre o IPEA e a Fundação SEADE;
- b) Parecer sobre proposta de renovação e elaboração de minuta final, do Convênio IPEA/SEADE objetivando o aprimoramento e a ampliação dos agregados econômicos considerados no escopo da 1.^a fase do trabalho;
- c) Nota sobre o Projeto de Elaboração de Contas Regionais para o Brasil, com indicações metodológicas e estimativa de custos para implantação.
- d) Nota sobre o levantamento dos agregados econômicos compreendendo sistema de contabilidade social para o Estado do Pará, por solicitação do PRODIAT;

- e) Nota sobre "Informe de Missiõn a los Estados do Ceará y Bahia" tratando da proposta de estudos para elaboração da contabilidade social dos estados mencionados;

II - OUTRAS ATIVIDADES

1. Notas e Pareceres

- a) Nota sobre o documento "Estratêgia de Desenvolvimento Regional para a Bacia Araguaia - Tocantins, PRODIAT";
- b) Nota sobre o documento "Possibilidades de Transportes Hidrovia Araguaia - Tocantins, PRODIAT;"
- c) Parecer sobre Capitalização da ALCANORTE - aporte financeiro da União;
- d) Nota sobre o Programa Rodoviário do Estado de Mato Grosso BID.
- e) Nota sobre Redimensionamento do Programa Rodoviário do Estado de Mato Grosso-BID, de modo a ajustá-lo à efetiva disponibilidade de recursos financeiros de contrapartida nacional;
- f) Nota sobre Critérios para a seleção de projetos a serem contemplados com financiamentos externos;
- g) Nota de esclarecimento sobre o "Relatório de Avaliação do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) - Versão Preliminar", a propósito de Nota de Esclarecimento da Associação das Empresas Agropecuárias do Nordeste (AGROPENE), publicada em 22.12.83 nos principais jornais do País;
- i) Parecer: Projeto de Lei nº 697/83, que trata de credenciamento dos bancos estaduais e do BNB como agentes do Tesouro Nacional, para o caso dos recursos federais destinados aos governos estaduais e à Programas especiais de desenvolvimento regional;
- j) Nota sobre a situação atual das Eclusas de Tucuruí;

2. Viagens Realizadas

Rio de Janeiro (18 a 19.01.83) - Reunião no BNDES, com participação de representantes do Governo do Estado de Alagoas, para tratar de implantação da infra-estrutura do Pólo Cloroquímico de Alagoas;

Maceió (01 a 03.02.83) - Levantamento de dados para análise, em conjunto com o BNDES, de solicitações de apoio financeiro e crédito do Pólo Cloroquímico de Alagoas;

Rio de Janeiro (23 a 24.02.83) - Reunião de Trabalho no BNDES sobre Pólo Cloroquímico, III Pólo Industrial do Nordeste e Programa de Rodovias Alimentadoras de Mato Grosso;

Rio de Janeiro (24 a 25.02.83) - Reunião Técnica com o IBGE sobre informações dos Censos solicitados pelo IPEA, no âmbito do Projeto Contas Regionais;

Vitória (25 a 26.02.83) - Participar de reunião no GERES;

Rio de Janeiro (13 a 14.04.83) - Reunião de trabalho com o BNDES - Discussão do Pólo Cloroquímico de Alagoas;

Campos (19 a 21.04.83) - Reunião do Conselho de Curadores da FUNDENOR;

Fortaleza e João Pessoa (3 a 7.05.83) - Reuniões de trabalho com equipe técnica das SEPLANs dos Estados do Ceará e da Paraíba - Projeto Desenvolvimento Industrial do Nordeste;

Natal (12 a 13.05.83) - Reunião do GTI do Complexo Químico-Metalúrgico do Rio Grande do Norte;

Recife (16 a 18.05.83) - Reunião com equipe da SUDENE e dos Estados do Nordeste para análise dos agregados econômicos calculados a nível do Nordeste e dos Estados para o período 1970-80;

de recursos ao Terminal Salineiro de Areia Branca;

São Paulo (3 a 4.11.83) - Discutir com a SEADE relatório final do convênio sobre contas regionais para fins de publicação;

Fortaleza e São Luis (16 a 19.11.83) - Participar de reuniões de trabalho com técnicos da SEPLAN/CE e SEPLAN/MA sobre projeto "Política de Industrialização do NE;

Jaíba, Mirorós, Petrolina, Propriá (17 a 19.11.83) - Discutir juntamente com técnicos da SOF, SEST e CODEVASF programação de irrigação para 1984;

Natal e Fortaleza (22 a 25.11.83) - Participar, em Natal, de reunião com a SUDENE e os Secretários de Planejamento do Nordeste sobre o documento de Política Regional elaborado no âmbito do Projeto Nordeste e participar de reunião na SEPLAN/CE sobre recursos do PIN e do PROTERRA, destinados ao Estado do Ceará;

Rio de Janeiro e Campos (07 a 10.12.83) - Reunião de trabalho no BNDES Dep. Infra-estrutura, para compatibilizar linha de crédito do BNDES e apoio financeiro da União para a implantação do Pólo Cloro-químico de Alagoas. Em Campos-RJ reunião do Conselho Curador da FUNDENOR, como representante da SEPLAN-PR,

SETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 1983

Procurando contribuir junto ao processo de desenvolvimento urbano do país, o SDU continuou, no ano de 1983, apoiando as ações do Governo Central no espaço urbano e, a assessorar o Sr. Secretário Geral da SEPLAN-PR, na qualidade de membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano/CNDU e a integrar a equipe do IPLAN responsável pela elaboração da Consolidação Plurianual de Programas de Governo/CPGG.

Principais tarefas realizadas pelo SDU no referido ano:

I - PARECERES

- . Solicitação de Cr\$ 1.967 milhão do PIN/PROTERRA, correspondente a 585.000 UPC, referente ao Programa de Aplicações dos Sistemas de Abastecimento de Água das Cidades de João Pessoa e Campina Grande e;
Apresentação dos planos de aplicação e cronogramas de desembolso das obras constantes do mencionado Programa.
- Secretaria de Planejamento do Estado.
- . Solicitação de 2,1 bilhões para os trabalhos previstos nos Relatórios da Comissão Interministerial de Cubatão e na EM nº 011/83, de 08/03/83 do MINTER.
- . Projeto de Lei nº 1.148/83, o qual estabelece multa contra a prática de atos comprovadamente prejudiciais ao meio ambiente - Deputado Jorge Leite.
- . Projeto - "Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas". - DNOS/MINTER.
- . Projeto de Lei nº 2070/83, dispõe sobre proibição de moradias em locais insalubres - Deputado Saramago Pinheiro.

- . Solicitação de Cr\$ 2,5 bilhões, do PIN/PROTERRA, para continuação dos projetos de água e esgoto (PROJETO PRATAGY) e de esgotos sanitários de Maceió - Governo do Estado de Alagoas.
- . Projeto de Lei da Câmara nº 145/82 sobre o lançamento de detritos industriais, em cursos d'água. - Deputado Pimenta da Veiga.
- . Projeto "Saneamento Básico em Pequenas Comunidades (PIN/PROTERRA)" - Fundação SESP.
- . Apresentação dos Planos de Aplicação e respectivos Cronogramas de Desembolso referentes aos recursos do PIN/PROTERRA, previstos no Orçamento da União para 1983, no valor de Cr\$ 3.910,0 milhões, destinados a projetos de saneamento a cargo do DNOS - DNOS/MINTER.
- . Solicitação de Cr\$ 4,0 bilhões (a preços de 82) para implementação de esgotos sanitários em Aracaju, à conta do FINSOCIAL ou PIN/PROTERRA - Gov. do Estado de Sergipe.
- . Solicitação de 12,5 bilhões do PIN/PROTERRA para melhorias nos sistemas de abastecimento de água em nove localidades - Governo do Estado de Rondônia.
- . Cooperação Técnica com a Alemanha - projetos: "Impacto Ambiental provocado por Grandes Barragens" - Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SUREHMA), autarquia estadual vinculada à Secretaria do Interior do Estado Paraná; "Zoneamento do Meio Físico de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental" - Instituto de Geografia (IGEOG) da Universidade de São Paulo e Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA)/MINTER) "Ultra-traços de Elementos Tóxicos e Essenciais ao Meio Ambiente - Importância e Metodologia de Quantificação" - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), vinculada a Secretaria de Obras e Meio Ambiente, do Estado de São Paulo.

- . Cooperação Técnica com o Japão - projetos: "Implementação de metodologia analítica para a detecção e quantificação de resíduos de Bifenílas Polocloradas (PCB's) em águas e outras matrizes de interesse ambiental" - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) - SP"; "A Ictiofauna do Pantanal Matogrossense e seu Potencial Econômico - INAMB-MS.
- . Cooperação Técnica com a França - Projetos; "Preservação e Controle da Poluição do Meio Ambiente - CETESB"; "Monitoramentos da Bacia do Itapecuru" - SERNAT/ITEMA-MA; "Cooperação técnica - Cartografia Geotécnica de Sítios Urbanos - Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Universidade Estadual Paulista.
- . Projeto de Lei dispendo sobre novas fontes de recursos para a construção civil.
- . Projeto de Lei dispendo sobre a criação da Caderneta do Sistema Financeiro da Habitação.
- . Projeto de Lei dispendo sobre a responsabilidade pelo pagamento de IPTU e taxas relativas a imóveis alugados.
- . Projeto de Lei dispendo sobre a construção de equipamentos sociais em conjuntos habitacionais construídos sob responsabilidade do poder público.
- . Projeto de Lei dispendo sobre a obrigatoriedade da construção de equipamentos sociais em conjuntos habitacionais financiados pelo BNH.
- . Projeto de Lei dispendo sobre a participação de empresas multinacionais no Sistema Financeiro da Habitação.
- . Pedido de Apoio financeiro do FINSOCIAL para os seguintes projetos:
 - Construção de habitações populares na cidade de Aracajú.
 - Construção de habitações destinadas ao leprosário de Porto Velho,

- Ressarcir obrigações assumidas pelo DNOCS junto ao ENH.
- . Solicitação de cooperação técnica da República Federal da Alemanha no setor habitacional.
- . Localização de Distrito Industrial em Foz do Iguaçu - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.
- . Projeto de Lei que visa garantir a clubes e associações comunitárias dos conjuntos habitacionais a manutenção da posse de área destinadas ao lazer - Dep. Dionísio Haje
- . Projeto de Lei que amplia a participação bancária do FUNDEC, do Banco do Brasil - Deputado Moacir Franco.
- . Projeto de Lei que institui o Programa Nacional de Arborização Urbana com Árvores Frutíferas - PROFRUTTI (em elaboração) - Deputado Armando Pinheiro.
- . Implantação de 25 Módulos Comunitários Rurais no Estado da Paraíba - Estado da Paraíba.
- . Projeto de Lei nº 142/83 que altera as condições de renovação de contratos de locação de imóveis para fins comerciais e industriais - Deputado Otacílio de Almeida.
- . Criação do Banco Nacional de Crédito Municipalista - Governo de Minas Gerais.
- . Cooperação Técnica com a Italia - "Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo" - Governo do Espírito Santo.
- . Cooperação Técnica com a Alemanha - "Programa de Integração Urbana na Área Metropolitana de Belo Horizonte" - Governo do Estado de Minas Gerais; "Consolidação do Sistema de Informações Metropolitanas" - Região Metropolitana de Recife.
- . "Implantação das Regiões Metropolitanas e da Política Urbana" - MINTER
- . "Compatibilidade entre o Plano Metropolitano da Região Metropolitana de Salvador e as Diretrizes do III PND" - MINTER

- . "Compatibilidade entre o Plano Metropolitano de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo e as diretrizes do III PND" - MINTER
- . "Compatibilidade entre o Plano Metropolitano de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e as diretrizes do III PND" - MINTER.
- . "Compatibilidade entre o Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Recife e as Diretrizes do III PND - MINTER.
- . Liberação dos recursos do PIN/PROTERRA para Implementação da Política de Desenvolvimento Urbano nas Regiões Metropolitanas do Nordeste/BIRD - MINTER
- . Projeto de Lei nº 1823/83 que proíbe a instalação de distritos industriais em locais que designa e determina outras providências - Deputado Diogo Nomura.
- . Projeto de Lei Complementar nº 49/83 que altera a Lei Complementar nº 14 de 08 de junho de 1983 e inclui na RM-Recife os municípios de Abreu Lima, Camaragibe, Itapissuma, Goiania, Vitória de Santo Antão, Paudalho e Escada - Deputado Osvaldo Lima Filho.
- . Projeto de Pavimentação e Galerias de Águas Pluviais - Governo do Estado do Mato Grosso.
- . Projeto de Lei nº 316/83 que dispõe sobre facilidades para construção de casas populares - Deputado Francisco Dias
- . Termo de referência - elaboração de Projeto de Desenvolvimento para São Luis - Maranhão.

II - NOTAS

- . Relatório sobre a 1.^a Reunião do Grupo Consultivo do "Projeto sobre Diretrizes Nacionais de Limpeza Urbana".

- . Apoio do FINSOCIAL (Fundo de Investimento Social) à dotação de obras sanitárias simplificadas e de baixo custo;
- . Nota sobre a Proposta do Governo do Ceará relativa a abastecimento de água e esgotamento sanitário".
- . "Rápidos comentários sobre o documento síntese intitulado "Avaliação de Políticas de Saúde e Saneamento no Nordeste Rural Brasileiros".
- . Nota avançada sobre o problema do abastecimento de água no Edifício do BNDES.
- . Recursos do PIN/PROTERRA e Extrateto para os programas de Saneamento Geral do DNOS.
- . Projeto Nordeste - II Seminário Técnico de Acompanhamento - Grupo II - Ações de Saúde e Saneamento;
- . Programação da Fundação SESP e do DNOS para 1984 -recursos PIN/PROTERRA;
- . Recursos Alocados em Saneamento pela SEPLAN/PR no período de 1970/86.
- . Abastecimento de Água nos Estados do Nordeste.
- . Remanejamento de Cr\$ 400,0 milhões do Projeto Vale do Rio Beberibe para Barragem, do Rio Pericumã - Recursos do PIN para o DNOS;
- . Normas para lançamento de óleo e outros poluentes por embarcações - Projeto de Lei elaborado por Grupo de Trabalho Interministerial - origem Gabinete Civil da Presidência da República;
- . Anteprojeto de Decreto-Lei elaborado pelos Grupo de Trabalho Interministerial (Marinha, Interior e, Minas e Energia) - "Normas para lançamento de óleo e outros poluentes por embarcações";

- . Implantação de Núcleos Urbanos de Apoio Rural - NUAR - no Estado de Rondônia.
- . Considerações sobre o Sistema de Transportes Urbanos na RM-Recife.
- . Plano de Ação para o Município de Aracajú.
- . Projeto Aracaju.
- . Informações sobre os Programas de Desenvolvimento Urbano no Nordeste.
- . Análise da Proposta do MINTER/84 para recursos do PIN/PROTERRA e EGU para o Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano.
- . Transferência de recursos para o Programa "Implementação de Política de Desenvolvimento Urbano - RMs".
- . Programa de Investigação em Serviços de Saúde - PISS - "Serviços de Saúde e Urbanização".
- . 2ª Etapa do Programa de Cidades de Porte Médio/BIRD.
- . A Região Metropolitana de São Paulo.
- . Programa de Apoio às Cidades de Fronteiras.
- . A regulamentação do Decreto Lei nº 1963/82 que dispõe sobre o Programa Nacional de Política Fundiária.
- . A alocação de recursos do FINSOCIAL nas áreas de Habitação e Saneamento.
- . A solicitação de empréstimo externo destinado à implementação do Projeto de Desenvolvimento Social de Favelas no Rio de Janeiro.
- . A solicitação de apoio financeiro do FINSOCIAL para problemas habitacionais no Município de São Paulo.

- . 22.^a Reunião Ordinária do CNDU, realizada em 18.10.83.
- . 23.^a Reunião Ordinária do CNDU, realizada em 13.12.83.
- . Programa Integral de Desenvolvimento Urbano - Rio Grande do Norte
- . Redação Final do Anteprojeto de Lei de Desenvolvimento Urbano
- . "Plano Diretor de Organização Espacial da Região de Aracaju".
- . Projeto: Geração de Emprego e Renda - Prefeitura Municipal de Natal.
- . Reprogramação de recursos financeiros da CODEBAR.
- . Atribuições da CODEBAR.
- . Programa Habitacional do Novo Núcleo Urbano de Barcarena.
- . Repercussão na imprensa do Projeto de Lei que dispõe sobre os objetivos e a programação do desenvolvimento urbano.
- . Pauta da 18.^a Reunião Ordinária do Conselho de Administração da CODEBAR.
- . Proposta para alocação de recursos adicionais para execução de obras na Microrregião de Abaetetuba/PA.
- . Reformulação da Programação Financeira - Portarias SEPLAN/PR nº 115, de 13/07/82 e 109, de 14/12/82 - CODEBAR
- . Reformulação da programação financeira - Portaria SEPLAN/PR nº 083, de 02 de julho de 1983.
- . Proposta de EM para alocação de recursos para construção de Estrada do Aparari - Pará.
- . Projeto Especial Cidades de Porte Médio - CPM-II.
- . Programa de Módulos Comunitários Rurais do Estado da Paraíba e do Programa de Módulos Comunitários de Produção do Estado do Maranhão.

III - GRUPOS DE TRABALHO

SEPLAN/CNDU

- . GT instituído pela resolução 021/83, que visa aperfeiçoar a legislação federal sobre as Regiões Metropolitanas.

SDU/CPR/SE-CNDU

- . Avaliação e Formulação de uma Política Urbana

SEPLAN/CNDU/SEMA

- . Diretrizes Nacionais de Limpeza Pública

IPEA/CPR/CEPAL-ILPES

- . Projeto Desenvolvimento Industrial do Nordeste

IPEA/CPR/CODEBAR

- . Apoio ao Complexo Industrial de Barcarena

IPEA/CNRH/SDU/CEPAL-ILPES

- . Estudo sobre o efeito redistributivo dos gastos públicos.

IPEA/CPR/SUDENE

- . Projeto Nordeste

IV - REUNIÕES CNDU

- . 20.^a Reunião Ordinária do CNDU - 22.02.83
- . 21.^a Reunião Ordinária do CNDU - 26.07.83
- . 22.^a Reunião Ordinária do CNDU - 23.07.83
- . 23.^a Reunião Ordinária do CNDU - 13.12.83

V - ESTUDOS E TEXTOS ELABORADOS

- . " Questão Habitacional e a Crise do SFH".

- . "Saneamento Básico no Meio/Urbano (1970-1982) - Algumas Considerações".
- . "Região Metropolitana de Salvador"
- . "Os 500 municípios mais desenvolvidos do Brasil"
- . Levantamento das solicitações ao PIN/PROTERRA encaminhadas ao IPLAN por Estados e Órgãos Setoriais.
- . Subsídio para Discussão do Estudo sobre Transportes Urbanos.
- . Análise dos Grandes Programas da Amazonia.
- . III Polo Industrial do Nordeste - "III Polo e seu Espaço de Abrangência".

VI - SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS

- . "Economia Urbana" - CNDU
- . "Complexos Industriais do Nordeste" - IPEA/CPR/CEPAL-ILPES
- . "I Seminário de Ecologia Humanas do POLONOROESTE"
- . "Fluoretação da Água na Grande São Paulo".
- . "Política Social" - CNRH
- . "Tecnologias Alternativas para Saneamento Básico - MINTER/CNDU.
- . "Gerência de Pesquisa" - CNPq
- . "Gerenciamento Costeiro" - SEMA

VII - VIAGENS PRESIDENCIAIS

- . Rondônia - 07 e 08/04/83
- . Rio Grande do Norte - 19 e 20/05/83
- . Rio Grande do Sul - 12 e 13/05/83
- . Santa Catarina - 27/06/83
- . Nordeste - 04 e 05/08/83

SETOR DE PROGRAMAS ESPECIAIS
RELATÓRIO DE ATIVIDADES-1983

Durante o exercício de 1983, o Setor de Programas Especiais-SPE, da Coordenadoria de Planejamento Regional-CPR, do IPLAN, deu continuidade à sua atribuição específica, isto é, de coordenar, ao nível da SEPLAN-PR, a administração dos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional em execução no País.

A par disso, tem o SPE participado ativamente dos trabalhos concernentes ao PROJETO NORDESTE, seja liderando a organização dos diferentes eventos concernentes àquele Projeto, seja contribuindo para a revisão e redefinição de estratégias e diretrizes operacionais para as ações de Governo na Região Nordeste, nos diversos seminários e reuniões técnicas às quais se tem feito representar.

Ainda em 1983, o SPE continuou a despender esforços no sentido de agilizar e tornar mais eficiente e eficaz a sistemática de controle e repasse de recursos externos para os Programas Especiais.

Inscrevem-se ainda entre as atividades desenvolvidas pelo Setor, os trabalhos de assessoramento aos órgãos dos diferentes níveis da Administração Pública, particularmente à SEPLAN-PR e aos Governos Estaduais. À SEPLAN-PR, notadamente na apreciação de pleitos de apoio técnico e financeiro apresentados por variada gama de interessados e em todos os assuntos pertinentes à gestão dos programas especiais e do FINSOCIAL. Aos Governos Estaduais, na formulação de suas programações específicas.

As principais atividades executadas podem ser sintetizadas como segue:

I - ATIVIDADES BÁSICAS

Coordenação e Acompanhamento, em nível Superior, dos seguintes programas especiais:

Região Nordeste - POLONORDESTE, PROJETO SERTANEJO, AGROINDÚSTRIA, PROHÍDRO e PROCANOR;

Região Norte - POLAMAZÔNIA e PRONORPAR;

Região Centro-Oeste - POLOCENTRO, GEOCONÔMICA DE BRASÍLIA, POLONORDESTE, PROMAT, PROSUL e POLONOROESTE; e

Região Sul/Sudeste - PRODENOR, PRODOPAR, PRONOROESTE, PROMIRIM

Além das tarefas interessantes aos programas especiais acima mencionados, o SPE despense idêntico esforço no que tange a dois outros programas especiais, de âmbito estadual, inclusive no que se refere à gestão de recursos externos: os PDRI's Acre e do Amazonas.

1. Coordenação e Acompanhamento dos Programas Especiais

Essas atividades compreenderam fundamen

i) participação na formulação da programação de programas especiais relativas ao exercício 1984/1985;

ii) elaboração de Exposições de Motivos para encaminhamento ao Conselho de Desenvolvimento Econômico-CDE;

II - FORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO NORDESTE BRASILEIRO

O ano de 1983 caracterizou-se pela intensificação dos trabalhos concernentes ao PROJETO NORDESTE, sendo muito significativa a contribuição prestada pelo SPE para os propósitos em vista.

O SPE contribuiu inclusive na coordenação da preparação de três seminários (Recife, Salvador e Fortaleza) e de várias reuniões técnicas, ademais de prestar apoio à realização das reuniões da Comissão Interministerial do PROJETO NORDESTE.

Contudo, a contribuição do SETOR tem sido mais efetiva e relevante com sua participação nos diversos eventos do PROJETO NORDESTE, seja na discussão dos diversos documentos técnicos que têm sido produzidos, seja na preparação, pelo próprio SPE, de relatórios específicos. Neste mister, cumpre ressaltar a elaboração de dois relatórios de avaliação: do Programa de Emergência e do Programa FINOR - Agropecuário.

III - OPERAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DO FUNDO DE ANTECIPAÇÃO DE GASTOS - FAG

A par da operação do Sistema, continuaram os esforços visando ao seu aprimoramento, que se traduz em maior agilização da sistemática de repasse, controle mais efetivo dos dispêndios de recursos nacionais e externos, objetivando torná-los mais eficientes e eficazes.

iii) elaboração de Exposições de Motivos para encaminhamento ao Conselho de Desenvolvimento Econômico-CDE;

iv) análise da programação físico-financeira atinente ao período 1983/1984.

v) elaboração de Portarias aprovando plano de aplicação e cronograma de liberação de recursos em articulação com os Ministérios setoriais;

vi) reprogramações de recursos durante o exercício;

vii) liberações de recursos nacionais;

viii) estabelecimento de tetos de recursos financeiros dos Programas Especiais, no âmbito do PIN-PROTERRA, para o exercício 1984-1985;

ix) elaboração de diretrizes para os Programas Especiais, em articulação com os Ministérios Setoriais;

x) acompanhamento de missões técnicas do BIRD/BID de formulação e avaliação de PDRI's para obtenção de financiamento externo;

xi) participação em pré-negociações para obtenção de empréstimos junto ao BIRD e ao BID para co-financiamento de PDRI's no âmbito dos Programas Especiais;

xii) participação em todas as atividades concernentes à definição de diretrizes de apoio financeiro do FINSOCIAL aos Programas Especiais; e

xiii) articulação institucional.

MEMO.IPLAN/CPS Nº 004/84

Brasília, 16 de janeiro de 1984

De : Fáb^{io} Ramalho De Cicco
COORDENADOR DA CPS

Para : Dr. José Teófilo Oliveira
SUPERINTENDENTE-ADJUNTO DO IPLAN

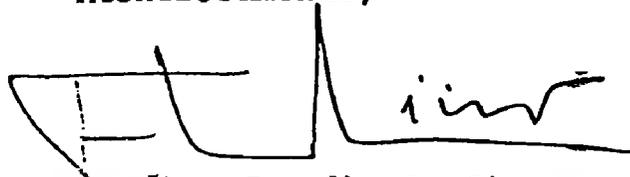
Assunto: Encaminha Relatório de Atividades da CPS-1983

Encaminhamos a V.Sa. em atendimento à solicitação constante do MEMO/SAD/IPLAN/Nº 01/84, de 09 de janeiro de 1984, o Relatório de Atividades da Coordenadoria de Planejamento Setorial, do ano de 1983.

O relatório compõe-se de duas partes: na primeira estão resumidas e globalizadas de forma sucinta as atividades das unidades da CPS. A segunda parte consta de descrição pormenorizada dos principais documentos elaborados pelos setores de Agricultura e Abastecimento, Transporte e Comunicações, Minas e Energia, Indústria e Serviços.

Finalmente, esclarecemos que muitos trabalhos de rotina, a nosso juízo, sem a relativa validade ou relevância, deixaram de ser incluídos no presente relatório.

Atenciosamente,



Fáb^{io} Ramalho De Cicco
COORDENADOR DA CPS

I - INTRODUÇÃO

A Coordenadoria de Planejamento Setorial do IPLAN, consoante a abrangência de sua área de responsabilidade, buscou desenvolver, durante o ano de 1983, as atividades a ela concernentes, em três grandes campos de atuação.

O primeiro, relativo aos trabalhos técnicos e análises conjunturais, ensejou a produção de diversos documentos ligados à ação de planejamento nos distintos âmbitos da programação setorial. Cabe lembrar a execução dos seguintes: "Evolução Recente do Setor Industrial", "Máxima Entropia: Uma Aplicação ao Transporte Aéreo Doméstico Brasileiro", "Custos e Tarifas no Sistema Ferroviário Brasileiro - A Rede Ferroviária Federal S.A." , e as projeções dos Impostos Setoriais. Mas ainda: Projeções de Consumo e Produção de Borracha Natural, Algodão, Amendoim, Cana de Açúcar e Soja, além da elaboração mensal das Análises dos Dados Conjunturais da Agricultura. Cabe mencionar a continuidade dos convênios mantidos pelo IPLAN com a CECIA do Ministério da Aeronáutica e com a CEPAL/Brasil, dos quais resultaram uma série de trabalhos técnicos discriminados na parte setorial.

No segundo campo de atividades da CPS enquadram-se os pareceres e notas técnicas, a cooperação interinstitucional , a representação junto aos órgãos colegiados, as participações em seminários, reuniões técnicas e atividades afins.

Cumpramos ressaltar que, no ano de 1983, foram contemplados mais de 250 processos de interesse da SEPLAN, dos demais Ministérios e organismos públicos, além dos órgãos de representação

popular do Legislativo, sendo emitidos aproximadamente 50 pareceres e mais de 100 notas técnicas.

Por outro lado, a CPS/IPLAN manteve representações formais em cerca de 20 órgãos colegiados, além da participação em 17 seminários, congressos ou encontros técnicos.

Com relação à cooperação interinstitucional, a CPS procurou, seja através da coparticipação na definição de algumas políticas setoriais, seja através de trabalhos técnicos conjuntos, ou ainda através da elaboração de listas tentativas para os Programas Especiais, colaborar com a maioria dos Ministérios, em particular com o da Agricultura, do Interior, das Minas e Energia, da Indústria e Comércio, e dos Transportes, além dos organismos da Administração Indireta.

A CPS apoiou, ainda, trabalhos de órgãos do próprio sistema SEPLAN, prestando colaboração à SEST, SUBIN, INOR, CNPq e CENDEC e assessoria à Secretaria Geral e às Secretarias Adjuntas. Merece ênfase o apoio ao trabalho coordenado da CPS com a Comissão SEPLAN de energia.

Dentro do próprio IPLAN, realizou diversos trabalhos conjuntos com a CPG e sobretudo com a CPR, responsabilizando-se, neste caso, por parte expressiva dos estudos setoriais dos Programas Especiais.

O terceiro grande campo de atuação constituiu-se na Coordenação da CPPG - Consolidação Plurianual de Programas de Governo, para o período 1983/86, e, dentro desta, a elaboração dos capítulos relativos à economia brasileira e suas perspectivas de curto prazo, as políticas energéticas e mineral, de transporte e comunicações, da indústria, do setor agropecuário e do Projeto Carajás; em cada um desses setores, além do diagnóstico, foram apresentados a evolução esperada do setor em curto prazo, e

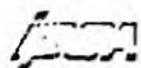
o resumo de alocação dos recursos nos principais programas e projetos.

Por derradeiro, a CPS coordenou o Seminário Internacional sobre Planejamento e Controle das Empresas Públicas, realizado em Brasília, no período de 15 a 17 de junho, e que contou com a participação de mais de cem especialistas de vários países.

RELATÓRIO DE AT _____

CPS - COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO SETORIAL

- 1 9 8 3 -



RELATÓRIO DE ATIVIDADES
SETOR DE AGRICULTURA E
ABASTECIMENTO
1983

SETOR DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

I - Elaboração, Implementação e Acompanhamento de Planos e Programas

- Participação no acompanhamento do Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais - PRODECOR;
- Participação na coordenação e acompanhamento do Programa de Irrigação do Nordeste;
- Participação na implantação e no acompanhamento do Programa Nacional de Várzeas Irrigáveis - PROVÁRZEAS;
- Participação no acompanhamento da implantação do Programa de Valorização Rural do Baixo e Médio Jaguaribe - PROMOVALE, do Estado do Ceará;
- Participação no acompanhamento da implantação do Programa de Cidades Hortigranjeiras - Natal, Teresina, João Pessoa, Maceió e Salvador;
- Participação na definição da Política e do Programa Nacional de Eletrificação Rural, em conjunto com SG/SEPLAN, SEST, SUBIN, SEAP e órgãos do MME e MINAGRI;
- Participação da Reformulação do Programa de Incentivo ao Florestamento e Reflorestamento, em conjunto com SG/SEPLAN, SEAP e IBDF;



- Participação na Reformulação da Legislação Cooperativista, em conjunto com o MINTER/BNH, MINIFAZ e INCRA;
- Elaboração de textos referentes ao Setor Agrícola para compor a Consolidação Plurianual de Programas de Governo - CPPG;
- Participação na elaboração de textos técnicos sobre grãos, leite e carnes, em conjunto com a SEAP, para o documento "Política de Abastecimento - Estoques Reguladores do Governo Federal - 1984";
- Análise das propostas orçamentárias para 1984, dos órgãos da administração direta e indireta do MINAGRI e do MINTER - CODEVASF e DNOCS (irrigação), em conjunto com a SOF/INOR;
- Apoio técnico à SUBIN/SEPLAN na definição de prioridades da cooperação técnica do Japão, Alemanha e França.

II - Atividades Específicas (E) e/ou de Rotina (R)

- Elaboração e publicação do Boletim "Dados Conjunturais da Agricultura", de periodicidade mensal; (R)
- Levantamentos básicos de estatísticas referentes ao Setor Agrícola, para fins de organização e sistematização de informações; (R)
- Elaboração de 74 (setenta e quatro) pareceres e 23 (vinte e três) notas técnicas sobre processos relativos a assuntos pertinentes ao Setor Agrícola, de abrangência geral, além de 8 (oito) Projetos de Lei da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, destacando: (R)

II.1 - Notas e Relatórios

- Ampliação da Capacidade de Produção de Twines de Sisal - ABEMS;
- Elevação Salarial de Técnicos do Projeto Sertanejo (DNOCS);
- Projeto Pontal (CODEVASF/Estado de Pernambuco);
- Obrigatoriedade de Receituário Agrônomo para Venda de Defensivos Agrícolas - Deputada Lucia Viveiros;
- Agricultura se Adapta à Crise - Falta de Alimentos é uma Ameaça da Recessão - Liderança do PDS;
- Concessão de Empréstimos Rurais à Cultura de Xerófilas Arbóreas - Deputado José Moura;
- Projeto Mirorós - CODEVASF;
- Programa Nacional do Milho - PROMILHO - Deputado Odilon Salmoira;
- Reescalamento de Débitos Provenientes das Inundações do São Francisco - Deputado Nilson Gibson;
- Recursos do PIN/PROTERRA para a CEMAR - Maranhão



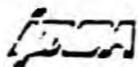
- Obrigatoriedade de Aplicação de 30% do FISET em Projetos Florestais do Nordeste - Deputado Inocêncio Oliveira;
- Reescalonamento de Débitos de Financiamentos a Agropecuaris - tas do Polígono da Seca - Deputado Evandro Ayres de Moura;
- Construção de Açudes e outras Obras de Combate às Secas - Deputado Evandro Ayres de Moura;
- Complexo Mirorós - CODEVASF;
- Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco - PLANVASF/OEA/MINTER/CODEVASF;
- Plano Nacional de Cemitérios - Jardins Botânicos - Deputado Freitas Nobre;
- Programa de Irrigação do Nordeste - Programa de Alocação do PIN/PROTERRA para 1983/MINTER;
- Documento "Brasil - uma Revisão das Políticas Agrícolas", do Banco Mundial;
- Crédito Rural Subsidiado e Produto Agrícola no Brasil - FIPE;
- Decomposição das Margens de Comercialização de Produtos Básicos de Alimentação - FIPE;

CT/FAO/TCP

- Infraestrutura e Técnicas para o Desenvolvimento da Agricultura - IASC/SC/MINAGRI;
- Capacitação de Pequenos Produtores Agrícolas de Sergipe - SAA/Sergipe;

CT/JAPÃO

- Ictiofauna do Pantanal e seu Potencial Econômico - ~~INAMB/SEMA~~/MINTER;
- Microbiologia da Fermentação do Cacau - CEPLAC/MINAGRI;
- Pesquisas Florestais na Cidade de São Paulo - IFSP/MINAGRI;



- Tecnologia Pesqueira e Administração dos Recursos Pesqueiros - SUDEPE/MINAGRI;
- Exploração e Preservação dos Recursos Naturais Renováveis Marinhos - ITCP/PR/MINAGRI;
- Desenvolvimento da Carcinocultura no Sudeste da Bahia - CEPLAC/MINAGRI;
- Controle do Crescimento e Produção de Cacau - CEPLAC/MINAGRI;
- Implantação de Culturas de Óleos Essenciais no Pará - SAGRI/PA/MINAGRI;
- Análise de Sistemas Aplicados à Epidemiologia - ESALQ-USP;
- Cooperação em Pesquisa Agro-Econômica - EMBRAPA/MINAGRI;
- Desenvolvimento do Sistema de Laboratório de Apoio Animal - SNAD/LANARA/MA.

CT/RFA

- Fisiologia da Pós-Colheita e Conservação de Maçãs - ITAL/MINAGRI;
- Controle de Qualidade de Alimentos Industrializados - ITAL/MINAGRI;
- Química e Tecnologia de Óleos, Gorduras, Proteínas e Produtos Correlatos - ITAL/MINAGRI;
- Tecnologia da Carne - ITAL/MINAGRI;
- Patologia Animal - Centro Marcos Enrietti - Secretaria de Agricultura do Paraná/MINAGRI;
- Dinâmica de Defensivos Agrícolas no Meio-Ambiente - CEPLAC/MINAGRI;
- Influência de Microorganismos na Nutrição Mineral do Cacaueiro - CEPLAC/MINAGRI;
- Desenvolvimento de Recursos Hídricos do Nordeste - UFPB/MEC/SEA;

- Desenvolvimento da Cultura do Tremoço no Sul do País - EMBRAPA/MINAGRI;
- Investigações Tecnológicas em Leite e Derivados - EPAMIG/ICT/MINAGRI;
- Desenvolvimento Cooperativista nos Perímetros de Irrigação - DNOCS/MINTER;
- Desenvolvimento de Recursos Hídricos no Nordeste - UFPB/MEC;
- Desenvolvimento de Atividades de Saúde Animal e Controle de Alimentos de Origem Animal - LANARA/MA;
- Formação de Técnicos Florestais de Nível Médio em Irati - PR-SEED/DESG/MEC;
- Desenvolvimento da Pesquisa Bioquímica sobre a Ferrugem do Cafeiro - SEAGRI/SP/Instituto Biológico;
- Apoio à Implantação do CENEA - CENEA/MINAGRI.

AF/BID (Fundo de Operações Especiais)

- Apoio aos Pequenos Caprinocultores do Paraná;
- Implantação de Central de Insumos do Piauí.

CE/BID

- Produção de Sementes Melhoradas - CSM/MINAGRI.

CT/OEA

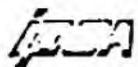
- Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF/MINTER.

AF/CTN

- Projeto de Administração de Cooperativas de Produção Agropecuária - BRASCOOP/MINAGRI.

CT/ITÁLIA

- Potencialidades Florestais da Região de Mato Grosso - LIQUIPAR/MINAGRI.



CT/OMN

- Rede de Controle da Poluição do Ar (BOAPMON) - INEMET/MINAGRI.

CT/ESPANHA

- Desenvolvimento Agrário no Nordeste - MINTER/DNOCS.

CT/PNUD/FAO

- Sistema Nacional de Informações e Documentação Agrícola - CENAGRI /MINAGRI;

CT/PNUD

- Perito Francês para o PROVÁRZEAS/MINAGRI.

CT/FRANÇA

- Avaliação dos Materiais de Embalagens Metálicas Destinados a Acondicionar Produtos Alimentícios - ITAL/MINAGRI;
- Comercialização da Pequena Produção e Abastecimento Urbano - SAA/ESC/CIDASC/MINAGRI;
- Sistema Silvo-Agropastoril no Trópico Semi-Árido do Nordeste - SUDENE/MINTER;
- Uso Intensivo das Várzeas por Sucessão de Culturas no Rio de Janeiro - SADRJ/PESAGRO/RJ;
- Inspeção e Tecnologia Industrial de Leite e Derivados - SIPAV/DILEI/MINAGRI;
- Experimentação e Difusão da Mecanização Agrícola e Tração Animal - EMBRAPA/EMBRATER;
- Projeto Lagosta - Biologia, Criação e Repovoamento de Áreas do Nordeste - SUDENE/MINTER;
- Aproveitamento Integral de Caprinos e Ovinos - CEPED/SEPLANTEC/Bahia;
- Definição de Métodos para Conservação de Qualidade das Águas e da Vida Útil dos Açudes - CEPED/SEPLANTEC/Governo da Bahia;

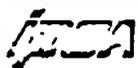
CT/UNICEF

- Programa de Desenvolvimento Comunitário Rural - PRODECOR/
MINAGRI.

II.2 - Pareceres

- Plano de Erradicação da Febre Aftosa - SDSA/SNAD/MA;
- Cultura da Mandioca para Fins Energéticos - PME/EMBRAPA/
EMBRATER;
- Programa Nacional de Pesquisa de Colza - PME/EMBRAPA/EMBRATER;
- Programa Nacional de Pesquisa de Girassol - PME/EMBRAPA/MINAGRI;
- Programa Nacional de Florestas Energéticas - ME/EMBRAPA/IBDF/MA;
- Plano Diretor do Setor Borracha - SUDHEVEA/MIC;
- Zoneamento Fitoecológico do Piauí - SAG/CEPA/PI;
- Programa Estadual da Apicultura (PROAPIS) - SAG/PI;
- Fomento à Produção de Mel e Cera-de-Abelha - SAG/PI;
- Programa de Valorização Rural dos Vales Irrigáveis do Ceará -
PROMOVALE - Secretaria do Interior do Ceará;
- Viabilidade de Incorporação no Processo Produtivo de Adição -
nais 4 Milhões de ha em Goiás - Bancada do PDS de Goiás;
- Projeto de Irrigação de Massangano - Crédito Suplementar a EGU-
CODEVASF/MINAGRI;
- Prorrogação do Prazo de Pagamento de Dívidas dos Agricultores
- Emenda do Senado;
- Programa de Distribuição de Sementes nas Frentes de Trabalho
do Nordeste - FINSOCIAL/MINTER/MINAGRI;
- Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro - (PIN/PROTERRA)
SUDEPE/SUDENE.

- Elaboração de 276 (duzentos e setenta e seis) pareceres de recursos impetrados junto à Comissão Especial de Recursos do PROAGRO; (R)
- Elaboração de Monografias sobre Algodão, Amendoim, Cana-de-Açúcar, Soja e Borracha Natural, por solicitação do MA e da Secretaria Executiva do Grande Carajás; (E)
- Informe Setorial sobre o "Balanço Mercantil de Divisas do Setor Agrícola - 1965 a 1981". (R)



III - Participação em Cursos, Congressos, Seminários, Conferências e Reuniões

- I Seminário Brasileiro das Cooperativas de Crédito - 21 a 23/junho/83 - São Paulo;
- XXI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - 25 a 28/07/83 - Brasília, DF;
- I Encontro Nacional das Cooperativas de Produtores Rurais do Brasil - 28/30 de setembro - Brasília, DF;
- I Curso de Planejamento Agrícola - Projeto PNUD/FAO (29 de agosto a 7 de outubro) - Brasília, DF;
- Seminário "Agricultura - Horizonte 2.000 - Perspectivas para o Brasil" - MA/PNUD/FAO - Dezembro - Brasília, DF.

- Grupo de Trabalho Interministerial sobre os Corredores de Exportação;
- Comissão Interministerial para Aproveitamento dos Excedentes Energéticos Derivados da Cana-de-Açúcar - Portaria Interministerial nº 1.454 de 13/10/81;
- Grupo Especial de Coordenação e Acompanhamento do Programa Nacional de Defensivos Animais - CDI/MIC;
- Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA;
- Conselho de Administração do Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
SETOR DE MINAS E ENERGIA
1983

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO
SETOR DE MINAS E ENERGIA
- 1983 -

1. ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PLANOS E PROGRAMAS E DE ELABORAÇÃO DE SUBSÍDIOS:

- Elaboração do estudo de viabilidade econômica da Usina Hidrelétrica de Ávila;
- Elaboração de estudo sobre o Programa Dendê/Parã;
- Elaboração de estudo de viabilidade de eletrificação das margens do Açude Epitácio Pessoa;
- Elaboração do relatório final do Grupo de Trabalho sobre o Problema da Habitação no Brasil;
- Elaboração do trabalho "Custo Social da Mão-de-Obra";
- Participação na elaboração da Consolidação Ptu rianual de Programas de Governo - CPPG;
- Análise da programação do Programa de Mobilização Energética para 1984, proposta pelos Ministérios das Minas e Energia, e da Agricultura; e
- Elaboração de estudo sobre as "Possibilidades de Utilização de Energia Solar (fotovoltaica) na Irrigação de Pequenas áreas do Nordeste".

2. ATIVIDADES ESPECÍFICAS:

- Parecer sobre projeto de Lei nº 1637/83, da Câmara dos Deputados, que suspende a exportação brasileira de gasolina automotiva e óleo diesel;

- Parecer sobre projeto de Lei nº 1342/83, da Câmara dos Deputados, que autoriza os postos revendedores a comercializar gasolina e álcool etílico hidratado, em embalagens de até 5 litros, a título de emergência;

- Parecer sobre projeto de Lei nº 1813/83, da Câmara dos Deputados, que torna obrigatória a utilização de balança, nos caminhões de entrega, nos depósitos e postos de revenda de gás liquefeito de petróleo (GLP);

- Parecer sobre projeto de Lei nº 124/83, do Senado Federal, que faculta às empresas revendedoras de combustível ao público, o pagamento à vista aos fornecedores, pelo combustível recebido ou apenas da parte efetivamente comercializada;

- Parecer sobre projeto de Lei nº 274/83, da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a data de vencimento das contas de água e energia elétrica;

- Parecer sobre projeto de Lei nº 1167/83, da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a política nacional de minerais preciosos, cria o Conselho Nacional de Minerais Preciosos, e dá outras providências;

- Parecer sobre projetos alternativos de utilização de bagaço de cana (CAERG/MA), solicitando recursos PME;

- Parecer sobre aproveitamento de subprodutos do etanol e óleos vegetais (EMBRAPA/MA), solicitando recursos PME;

- Parecer sobre a programação JAN/83 a JUN/84 do Projeto Pool de Peritos para o DNPM, cooperação técnica Brasil/Alemanha Federal;

- Parecer sobre projeto de mecanização agrícola e tração animal (EMBRATER/MA), solicitando recursos PME;

- Parecer sobre projeto pesquisas de babaçu (EMBRAPA/MA), solicitando recursos PME;

- Elaboração de nota, ao SME, referente ao Projeto de Lei que determina a obrigatoriedade de utilização de balança, nos caminhões de entrega, nos depósitos e postos de venda de gás liquefeito de Petróleo;

- Elaboração de nota, ao SME, sobre o Programa Agroenergético do PME;

- Elaboração de nota, ao SME, sobre o Projeto Desenvolvimento de Tecnologia de coleta de alcatrão em fornos de alvenaria;

- Elaboração de nota, ao SME, sobre o documento Financiamento da Conservação e Substituição de Energia nas Pequenas e Médias Empresas, do CEBRAE;

- Elaboração de nota, à CSE, sobre Acompanhamento, Avaliação e Financiamento de Pesquisas na área de Biomassa pelo PME;

- Elaboração de nota, ao SME, sobre substituição de derivados de Petróleo por Eletricidade na Indústria;

- Elaboração de nota, ao SME, sobre o andamento do Modelo SIMPET;

- Elaboração de nota, ao SME, sobre o Projeto Estudo de Garimpos Brasileiros;

- Elaboração de nota, ao SME, sobre avaliação de Fontes Novas e Renováveis de Energia;

- Elaboração de nota sobre a Proposta do Orçamento do Ministério das Minas e Energia para o exercício financeiro de 1984;

- Elaboração de nota, ao SME, sobre reunião de Aditivos, realizada no MME;

- Elaboração de nota, ao SME, sobre Importação de Usinas termelétricas, à lenha, pela CELETRAMAZON;

- Elaboração de nota, ao SME, sobre proposta da FIESP de modificar a destinação de incentivos fiscais;

- Elaboração de nota, ao SME, sobre Projeto de Lei nº 588/83, da Câmara dos Deputados, autorizando os sindicatos de motoristas de taxi a instalarem postos de gasolina para venda a seus associados, por preços subsidiados;

- Elaboração de nota, ao SME, sobre a solicitação da Prefeitura Municipal de Boqueirão de recursos para eletrificação das margens do Açude Epitácio Pessoa;

- Elaboração de nota, ao SME, sobre o Projeto de Lei nº 239/83, da Câmara dos Deputados, que faculta a fabricação

e/ou adaptação de veículos automotores, movidos à gás liquefeito de petróleo - GLP, exclusivamente para táxis;

- Elaboração de nota, ao SME, sobre o Programa do Carvão;

- Elaboração de nota, à CSE, sobre o desenvolvimento do trabalho de atualização do Estudo de Mercado do Carvão;

- Elaboração de nota, à CSE, sobre o Pleito da Companhia Riograndense de Nitrogenados-CRN, para o exercício financeiro de 1983;

- Elaboração de nota, à CSE, sobre a atuação da COPENER no Programa de Alternativas Energéticas da COPENE;

- Elaboração de nota preliminar, ao SME, sobre a solicitação de recursos para eletrificação das margens do Açú de Epitácio Pessoa;

- Elaboração de nota, ao SME, sobre o Polo Trombetas - viabilidade Preliminar de Implantação;

- Elaboração de nota, ao Ministro-Chefe da SEPLAN, sobre solicitação de apoio da Heliodinâmica;

- Elaboração de nota, à CSE, sobre SINOP AGROQUÍMICA/Álcool de mandioca, PROÁLCOOL;

- Elaboração de nota, à CSE, sobre situação dos projetos de lavra e beneficiamento de carvão mineral financiados pelo PME;

- Elaboração de nota, à CSE, sobre o pleito da CPRM - COPELMI - PME/83;

- Elaboração de nota, à CSE, sobre situação dos projetos de lavra e beneficiamento de carvão mineral financiados pelo PME;

- Elaboração de nota ao SME, sobre reunião (carvão mineral), realizada no CNP;

- Elaboração de nota, à CSE, sobre substituição de óleo por madeira na secagem da bauxita de Trombetas - Mineração Rio do Norte;

- Elaboração de nota, à CSE, sobre carvão mineral;

- Elaboração de nota, à CSE, sobre documento da Confederação Nacional da Indústria, na parte referente a energia;

- Elaboração de nota, ao SME, sobre estudo de viabilidade da Usina Hidroelétrica de Ávila;

- Elaboração de nota, à CSE, sobre o PROÁLCOOL - sugestões da CNI;

- Elaboração de nota, à CSE, sobre Programa de Substituição e Racionalização de Energia, na parte referente a carvão mineral;

- Elaboração de nota, à CSE, sobre a Programação Orçamentária do PME/83 para o MME;

- Elaboração de nota, ao SME, sobre Gás de Carvão e Estanho (reunião);

- Elaboração de Aviso ao Ministro Leitão de Abreu, sobre mudanças organizacionais na área de carvão mineral;

- Elaboração de notas, à CSE, sobre as propostas orçamentárias de 83 e 84, da COALBRA;

- Elaboração de pareceres sobre relatórios de pesquisas da FIPE/USP;

- Elaboração de Nota ao Sr. Ministro-Chefe da SEPLAN sobre restabelecimento de isenção do IPI para táxis a álcool;

- Elaboração de nota, à CSE, sobre proposta do MIC de ampliação da capacidade de destilarias de álcool em 1983/85;

- Elaboração de Nota ao Sr. Ministro-Chefe da SEPLAN, sobre aquisição da empresa PHILCO/RCA, por empresas privadas nacionais;

- Elaboração de parecer sobre proposta do MIC, sugerindo procedimentos para a amortização de dívidas junto ao Banco Mundial;

- Elaboração de Nota ao Sr. Ministro-Chefe da SEPLAN sobre solicitação de recursos adicionais do PME, pelo Ministério dos Transportes;

- Elaboração de Nota, à CSE, sobre proposta do IPT para estudo da possibilidade de utilização de critérios de custo dos recursos domésticos a projetos na área de energia;

- Elaboração de nota, ao Sr. Secretário-Geral da SEPLAN, sobre solicitação de recursos adicionais à SIDERBRÁS por realocação do PME/CONSERVE;

- Elaboração de nota, à CSE, sobre transferências do PME aos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;

- Elaboração de aviso ao Ministro da Agricultura transmitindo orientação orçamentária à COALBRA;

- Elaboração de nota ao Sr. Ministro-Chefe da SEPLAN sobre a avaliação dos Orçamentos da COALBRA, situação atual e consequências para 1984;

- Elaboração de nota ao Sr. Ministro-Chefe da SEPLAN sobre pedido de financiamento de equipamento nacional, feito pela Construtora BUSATO Ltda;

- Elaboração de nota ao Sr. Ministro-Chefe da SEPLAN sobre assinatura de declaração de entendimento referente à Usina Jorge Lacerda V;

- Elaboração de aviso ao Ministro Leitão de Abreu sobre proposta de modificação da política de preços do óleo diesel, oriunda da Prefeitura de Santos;

- Elaboração de aviso ao Ministro do Interior sobre pedido de recursos adicionais do FINSOCIAL para o Sistema Financeiro Habitacional;

- Elaboração de nota ao Sr. Ministro-Chefe da SEPLAN, sobre proposta de programa de exportação de álcool aos Estados Unidos;

- Elaboração de nota, à CSE, sobre a Hidrelétrica de COTINGO;

- Elaboração de nota ao Sr. Secretário-Geral da SEPLAN sobre a Usina Hidrelétrica de Itaparica;

- Elaboração de nota, à CSE, sobre a Usina Hidrelétrica de Balbina;

- Elaboração de nota ao Sr. Secretário-Geral da SEPLAN sobre a Usina Hidrelétrica de Humaitã;

- Elaboração de nota, à CSE, sobre a Usina Hidrelétrica de Samuel;

- Elaboração de nota ao Sr. Ministro Chefe da SEPLAN sobre pedido de saneamento financeiro da empresa SINOP - Agroquímica S/A;

- Elaboração de nota ao Sr. Secretário-Geral da SEPLAN, sobre estudo relativo ao setor de bens de capital, contratado com o Consultor Dr. José Luiz Bello;

- Elaboração de nota ao Sr. Ministro-Chefe da SEPLAN sobre o pedido de apoio governamental por parte da empresa HELIODINÂMICA;

- Elaboração de estudo sobre a capacidade econômica de ampliação da indústria de microeletrônica no Brasil;

- Elaboração da revisão do estudo de viabilidade do Projeto ALCANORTE;

- Elaboração da avaliação do Programa Nacional da Indústria Farmacêutica;

- Elaboração de estudo sobre política de preços de álcool carburante e dos derivados de petróleo;

- Elaboração de nota, à CSE, sobre pleito da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose para aumento de recursos para reflorestamento;

- Parecer sobre sugestões da Associação Brasileira de Agências de Viagem, visando alteração do horário de atendimento dos postos de distribuição de combustíveis; e

- Nota, à CSE, sobre solicitação da Construtora Busato Ltda, visando o enquadramento de suas atividades no PME.

3. PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIOS, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, ENCONTROS, PALESTRAS E REUNIÕES:

- Reunião com técnicos da ELETROBRÁS para discussão sobre geração térmica à carvão;

- Reunião com técnicos da FTI/MIC para discussão sobre óleos vegetais;

- Reunião com técnicos da PETROBRÁS para discussão sobre gás natural;

- Visita técnica de avaliação aos projetos de carvão financiados pelo PME/83;

- Reunião com técnicos da FINEP para discussão dos projetos de carvão financiados pelo PME/83;

- Reunião com técnicos do BNDES para discussão dos projetos de carvão financiados pelo PME/83;

- Reunião com técnicos da CAEEB para discussão dos projetos das minas de carvão financiados pelo PME/83;

- Reunião com técnicos da FINEP para discussão dos projetos de fontes alternativas de energia - PME/83;

- Reunião com técnicos da ELETROBRÁS para discussão dos programas de energia elétrica - PME/83;
- Reunião com técnicos da PETROBRÁS, sobre carvão mineral - PME/83;
- Reunião com técnicos da CAEEB, sobre carvão mineral - PME/83;
- Participação no Seminário de avaliação do bagaço de cana como fonte alternativa de calor, substituição do óleo combustível derivado de petróleo e outros usos. Realizado em São Paulo e organizado pela SOPRAL;
- Reunião com professores da FIPE, sobre estimativa de demanda de insumos intermediários (convênio IPEA/FIPE), e estimativa de demanda de energia elétrica;
- Reunião com técnicos do BNDES para discussão da Programação/84 do Programa CONSERVE;
- Reunião com técnicos do CEBRAE para discussão da Programação/84 do Programa CONSERVE;
- Reunião com o Diretor Financeiro da CRM, para discutir a Alocação de recursos/PME;
- Reunião com técnicos da CAERG, visando analisar as propostas de avaliação de fontes novas e renováveis de energia;
- Reunião técnica Interministerial, sobre o transporte de carvão em Santa Catarina;
- Reunião técnica Interministerial, sobre aditivos, realizada no MME; e

- Reuniões com a EMBRAPA, a EMBRATER e a CAERG/MA, para discussão da Programação do PME/1984 em agroenergia.

4. PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS COLEGIADOS E REPRESENTAÇÕES:

- Representação da SEPLAN no Grupo de Trabalho do Plano Nacional do Gás Combustível;

- Representação da SEPLAN na Comissão Regional de Energia da SUDENE;

- Participação na Comissão SEPLAN/ENERGIA para gerir os fundos do Programa de Mobilização Energética;

- Representação do IPEA na Subcomissão de Energia da Comissão Permanente do PBDCT;

- Representação da SEPLAN no Grupo de Trabalho que estuda o Problema Ambiental na Mineração de Carvão; e

- Representação da SEPLAN em Grupo de Trabalho criado pela Comissão Nacional de Energia para estudar a situação dos estoques de álcool no País.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
SETOR DE INDÚSTRIA E
SERVIÇOS
1983

SETOR DE INDÚSTRIA E SERVIÇOS

1. ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PLANOS E PROGRAMAS E DE ELABORAÇÃO DE SUBSÍDIOS.

- Participação na elaboração da Consolidação Plurianual de Programas de Governo - CPPG/83-85;
- Elaboração do estudo "Evolução Recente do Setor Industrial";
- Elaboração de relatórios de acompanhamento conjuntural da indústria de transformação para o Plano Setorial de Informações DSI/SEPLAN;
- Elaboração de sugestões para um sistema de acompanhamento físico-financeiro de projetos estatais;

2. ATIVIDADES ESPECÍFICAS

- Acompanhamento estatístico de indicadores macro-econômicos relativos à indústria de transformação;
- Acompanhamento conjuntural dos Setores de Mineração, Siderurgia, Bens de Capital, Fertilizantes, Não-ferrosos e Alcalis;
- Colaboração com a Coordenadoria de Planejamento Regional do IPLAN no estudo do Setor Industrial destinado ao "Projeto Nordeste", (em andamento);
- Elaboração de programa de estudos e pesquisas na área de informática;

- Elaboração de termos de referência e acompanhamento de pesquisa contratada ao IEI/UFRJ sobre "Recursos Humanos da Indústria Brasileira de Equipamentos de Processamento de Dados" (em andamento);
- Elaboração de estudos e pesquisas relacionadas ao Projeto "Impacto Social do Desenvolvimento", em articulação com o CNRH/PNUD (em andamento);
- Formulação de metodologia para avaliação da consistência das informações do Formulário 6A/SEST/IPLAN;
- Levantamento do consumo específico de energéticos na Indústria de Transformação, período 73-82, (em andamento);
- Definição de metodologia para avaliação social de projetos públicos (em andamento);
- Elaboração de estudo para avaliação do impacto, sobre o setor de Bens de Capital, do investimento das empresas estatais;
- Elaboração de trabalho sobre a evolução recente do setor de Bens de Capital no Brasil;
- Elaboração de estudo de avaliação da dimensão relativa da indústria brasileira de bens de capital, em função do "padrão de normalidade" observado nas economias capitalistas;
- Elaboração de estudo de avaliação do potencial exportador da indústria brasileira de bens de capital em função do tamanho relativo desse segmento na economia brasileira (em andamento)
- Caracterização dos principais projetos públicos em execução na área da indústria;

- Parecer sobre ante-projeto de lei visando à extensão da aplicação de Cédula Industrial a todas operações de financiamento industrial do País;
- Parecer sobre ante-projeto de lei que dispõe sobre lançamento de detritos industriais em cursos de água;
- Parecer sobre apoio tecnológico às Indústrias de Curtume, (SUBIN);
- Parecer sobre apoio tecnológico ao Núcleo de Tecnologia de Calçado (SUBIN);
- Parecer sobre cooperação industrial INDI/EFA (SUBIN);
- Parecer sobre concessão de incentivo fiscal às atividades tecnológicas;
- Notas técnicas sobre estudos e projetos elaborados pela Secretaria Especial de Informática na área de microeletrônica;
- Nota Técnica sobre programa de pesquisas da Secretaria de Tecnologia Industrial sobre fontes alternativas de energia;
- Parecer sobre ante-projeto de lei que disciplina sobre a garantia de qualidade de produtos da indústria automobilística;
- Parecer sobre ante-projeto de lei que dispõe sobre a reserva de mercado para o setor nacional de reparação de veículos;
- Acompanhamento e avaliação das importações incentivadas realizadas pela NUCLEBRÁS;
- Parecer sobre ante-projeto de Lei que determina a instalação, nas zonas de garimpo, de escolas, postos de saúde, rede de saneamento básico, geração de energia, etc;

- Parecer sobre ante-projeto de lei que dispõe sobre a política nacional de minerais preciosos, cria o Conselho Nacional de Minerais Preciosos, e dá outras providências;
 - Nota técnica sobre o Projeto "Estudo de Garimpos Brasileiros" do DNPM/MME;
 - Nota técnica sobre a proposta do orçamento do Ministério das Minas e Energia, para 1984;
 - Nota técnica sobre a viabilidade preliminar de implantação do Polo Trombetas;
 - Parecer sobre projeto de cooperação técnica na área de avaliação econômica dos depósitos de chumbo, zinco e ouro no Vale da Ribeira, entre o DNPM e IICA/Japão (SUBIN);
 - Parecer sobre ante-projeto de lei que institui o Programa de Financiamento à Pesquisa Mineral das Pequenas e Médias Empresas de Mineração Nacionais - PROMIN;
 - Avaliação do estudo sobre preços do minério de ferro no mercado interno, elaborado pela Cia. Vale do Rio Doce para atender solicitação do Banco Mundial;
3. PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIOS, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, ENCONTROS, PALESTRAS E REUNIÕES
- Reuniões técnicas da Coordenação de Estudos do CNPq.
 - Seminário de informática, SEPLAN (Brasília);
 - Feira de Informática e Congresso da SUCESU (São Paulo);
 - Seminário sobre estudos e pesquisas na área de microeletrônica patrocinado pelo CNPq (Brasília);

- Seminário sobre complexos industriais do Nordeste IPEA/ILPES Brasília;
- Seminário sobre planejamento e controle das empresas públicas, CEPAL/IPEA (Brasília);
- Seminário sobre nacionalização de Insumos Siderúrgicos, CDI/MIC (Brasília);
- Curso sobre tecnologia, automação e progresso econômico - UNB/Deptº de Economia (Brasília);
- I Encontro de tecnologia Mineral do Hemisfério Sul - (Rio de Janeiro);
- Revisão técnica sobre o "Projeto Nordeste" - IPEA/CNPq- (Brasília);
- Reunião de Especialistas da CEPAL/ONUDI sobre a Indústria de Bens de Capital na América Latina - CEPAL/ONUDI _ (Santiago do Chile).

4. PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS COLEGIADOS E REPRESENTAÇÕES

- Comissão de Informática da SEI;
- Comissão Especial de Automação Bancária da SEI;
- Comissão Permanente de Intercâmbio e Cooperação Internacional do CNPq;
- Comissão Transitória de Legislação do CNPq;
- Subcomissão de Comunicação, Eletrônica e Informática do CNPq;
- Grupo Setorial I - Indústria de Máquinas e Componentes - CDI/MIC;

- Grupo Setorial II - Indústrias Metalúrgicas - CDI/MIC;
- Grupo Setorial III - Indústrias Químicas e Petroquímicas - CDI/MIC;
- Grupo Setorial IV - Indústrias de Não Metálicos - CDI/MIC;
- Grupo Setorial V - Indústrias Automotivas - CDI/MIC;
- Grupo Setorial VII - Indústria de Material Bélico - CDI/MIC;
- Grupo Executivo da Indústria de Mineração - GEIMI.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
SETOR DE TRANSPORTES E
COMUNICAÇÕES

1983

SETOR DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

A - ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PLANOS E PROGRAMAS

O STC participou da atualização da CPPG, preparando os documentos básicos referentes ao setor de Transportes e Comunicações.

Procedeu, ainda, ao acompanhamento dos principais eventos relacionados com as referidas funções de transportes e comunicações.

B - OUTRAS ATIVIDADES DO STC

i) Pareceres e Notas

Foram elaborados cerca de 62 pareceres e notas técnicas sobre diversos problemas relacionados com as áreas de transportes e comunicações.

i.1 Pareceres

- Solicitação do Governo de Mato Grosso do Sul de US\$ 35 milhões para pavimentação da BR-262, Gov. Mato Grosso do Sul;

- Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial e Lacustrê e das Agências da Navegação do Pará, Sindicato das Emp. de Navegação, no Estado do Pará;

- Projeto de Lei nº 1.342, do Deputado Antonio Mazurek, PR/SUPAR, propõe permissão aos postos revendedores autorizados, para comercializarem gasolina automotiva e álcool hidratado em embalagens de até 5 litros, a título de socorro em caso de emergência;

- Relatório Final do estudo "Estratégias de Desenvolvimento para Exportação de Serviços: O Caso da Tecnologia Aeroportuária;

- Projeto de Lei nº 1.798, de 1983 que propõe a obrigatoriedade de caminhões e implementos agrícolas movidos a álcool;

- Liberação da Parcela relativa ao convênio DAC/IPEA;

- Suspensão da exportação de gasolina automotiva e óleo diesel, PR/SUPAR;

- Projeto de Lei nº 1804/83, do Sr. Paulo Lustosa, ASPAR-SEPLAN, propõe sejam fixados os índices de consumo dos veículos automotores produzidos no Brasil;

- Alocação de Cr\$ 50,0 milhões para a implantação de rodovia no município de Aripuanã, Mato Grosso;

- Projeto de Lei nº 194/83, de autoria do Sr. Deputado Federal Jorge Arbage, PR/SUPAR, dispõe sobre o financiamento de embarcações para transporte de passageiros e carga na bacia do Tocantins;

- Excesso de Arrecadação do PIN/83 para os Portos de Fortaleza/CE e Areia Branca/RN;

- Processo SEPLAN/PR 8 140: Projeto de Lei nº 2717-A de 1980, dispõe sobre a concessão de desconto nas passagens de transportes coletivos urbanos aos universitários, com Substitutivo aprovado em Comissão Parlamentar, que estende o benefício do desconto a estudantes de todos os níveis, bem como aos transportes intermunicipais e interestaduais, prevendo, também, subvenção parcial do desconto pelo MEC;

- Remanejamento de Recursos do PIN/PROTERRA, SPO/MINISTRAN;

- Portobrás - Remanejamento de Recursos do PIN-1983;
- Estratégias de Desenvolvimento para Exportação de Serviços: O Caso da Tecnologia Aeroportuária;
- Implantação de Navegação nos Rios Paranã e Tietê, Gov. São Paulo, CESP;
- Cooperação Técnica em Engenharia Costeira e Oceânica com o Gov. do Japão, M. T. - PORTOBRÁS;
- Cooperação Hidráulica Fluvial e Navegação Interior entre Brasil/Holanda, M.T. - PORTOBRÁS;
- Pavimentação da Rodovia GO-010, trecho Luziânia-Rio Corumbá, Estado de Goiás;
- Projeto de Lei do Deputado Denisar Arneiro, suprimindo a Incidência do Imposto sobre os Serviços de Transporte Intermunicipal e Interestadual de Carga - ISTR;
- Recursos para Obras Viárias de Desenvolvimento do Estado - MT, Gov. Est. Mato Grosso;
- Projeto de Lei nº 1.188/83, do Dep. Paulo Lustosa, propõe o estabelecimento de reserva de Mercado a empresas de capital nacional, por um período de 10 anos, para a produção, montagem ou transformação industrial de qualquer espécie de carro elétrico;
- Liberação de parcela prevista no Convênio DAC-IPEA, no valor de 73 milhões;
- Projeto de Lei nº 1 121/83, do Dep. Francisco Dias, propõe que a retirada de fabricação de veículos automotores fique condicionada ao atendimento da totalidade de pessoas inscritas em grupos consorciados;

- Projeto de Lei nº 3 773/80, do Dep. Murilo Mendes, propõe que seja permitido ao motorista do veículo rodoviário conferir a carga a ser transportada com a que consta da nota fiscal correspondente;

- Projeto de Lei nº 956/83, do Dep. Hélio Dantas, propõe a proibição da fabricação de tratores agrícolas, de veículos comerciais leves e de caminhões com capacidade máxima de tração de até 20 toneladas movidos a óleo diesel, sendo substituídos por motores a álcool;

- Projeto de Lei nº 762/83, do Dep. Francisco Amaral, estende aos vendedores viajantes e outras categorias que especifica o benefício já deferido aos motoristas de táxi para a aquisição de carro a álcool;

- Programa de Trabalho da CECIA/1984, DAC;

- Estratégias de Desenvolvimento para Exportação de Serviços: O Caso da Tecnologia Aeroportuária;

- Projeto de Lei dispendo sobre o financiamento, pelo Banco do Brasil, às Municipalidades, para aquisição de máquinas e imple-mentos rodoviários - PR/SUPAR;

- Projeto de Lei dispendo sobre a reabertura dos postos de gasolina nos fins de semana e feriados - PR/SUPAR;

- Crédito suplementar - Remanejamento de Recursos do PIN/ PROTERRA-83, SPO-MINITRAN;

- Pedido de Prioridade para Asfaltamento de 150 km da BR-158 ao Norte de Barra do Garças - MT, Gov. do Est. de Mato Grosso;

- Remanejamento de Recursos do PIN/83 - PORTOBRÁS;

- Projeto de Lei nº 290/83 do Dep. Jorge Vianna, Câmara dos Deputados, pede a inclusão no Plano Nacional de Viação da ferrovia ligando o Porto de Malhado, em Ilhéus - Bahia, ao porto fluvial de Bom Jesus da Lapa, no Rio São Francisco;
- Ampliação de Telefones Públicos em Joinville, SEPLAN;
- Construção da Rodovia Vicinal do Calcário - BR-364 - Felix Fleury, SEPLAN;
- CT/Japão - Transportes Urbanos, MT-EBTU;
- Liberação da 2ª parcela do sétimo aditamento ao Convênio DAC-IPEA;
- Estratégias de Desenvolvimento para Exportação de Serviços: O Caso da Tecnologia Aeroportuária;
- Projeto CT/R.F.A. "Desenvolvimento de Componentes e Sistemas Mecânicos de Veículos Ferroviários e Vias Permanentes, C.T. - UNICAMP;
- Rede Rodoviária na Área de Barcarena - Recuperação, Prog. Grande Carajás;
- Pavimentação da BR-222, Programa Grande Carajás;
- Obras e equipamentos para o Porto de Itaqui-MA, SEPLAN;
- Resolução a ser aprovada pela Comissão Nacional de Energia, ratificando um "Programa de Economia de Combustível para Veículos leves do Motor de Ciclo Otto" (PECO) proposto pelo MIC/STI e pela ANFAVEA;
- Liberação de Recursos ao DAC, CECIA;

- Solicitação de Recursos para a Superestrutura Rodoviária da Ponte sobre o Rio Tocantins por onde passarão as composições com os minérios de Carajás;

- Solicitação de Recursos para restauração de Rodovias Vicinais no Estado de Rondônia, Gov. do Estado de Rondônia;

- Aprovação do Relatório Final e Liberação de Recursos ao DAC, CECIA;

- Sétimo Termo Aditivo ao Convênio IPEA-DAC;

i.2 - Notas Técnicas

- A 3ª Ponte de Vitória

- Construção do Porto de Porto Velho

- Ajuda Financeira da União para o Estado de Mato Grosso, Gov. do Estado de Mato Grosso;

- Solicitação do Governo de Mato Grosso de aprovação integral de recursos do PIN/PROTERRA destinados a aeroportos naquele Estado;

- Reprogramação dos Recursos do PME alocados a Trens Metropolitanos no exercício de 1983;

- Nota sobre remanejamento de recursos do PIN/83 - PORTO VELHO - BRÁS;

- Reunião efetuada na Comissão Executiva do Alcool - CENAL do dia 01.06.1983 para apresentação pelo GEIPOT do Modelo de Otimização dos fluxos de Alcool Hidratado;

- Elevação do Teto de Dispêndios Globais do Grupo Porto-brás;
- Convênio IPEA/CEPAL;
- Manifestação contrária da COTAC ao pedido da TABA para arrendar 2 aeronaves BAE-146-100;
- Processo da TABA na COTAC para arrendar por 1 ano 2 aviões BAE-146-100;
- Processo da TABA na COTAC para importação de 3 aviões BAE-146-100;

i.i) Trabalhos Técnicos

No decorrer do exercício foram elaborados, integralmente, 2 trabalhos técnicos.

- Máxima Entropia: Uma aplicação ao Transporte Aéreo Doméstico Brasileiro; e
- Custos e Tarifas no Sistema Ferroviário Brasileiro: A Rede Ferroviário Federal S.A..

MEMO IPEA/IPLAN/CNRH Nº 011/84

Brasília, 24 de janeiro de 1984.

Do : Secretário Executivo do CNRH

Para : Superintendente Adjunto do IPLAN

Assunto : Relatório de Atividades do IPLAN de 1983.

O CNRH participou ativamente das discussões de prioridades e na elaboração de proposta de alocação de recursos do FINSOCIAL.

2. No âmbito dos convênios de Cooperação Técnica com o UNICEF e com OIT/PNUD, foram realizados os estudos previstos nos acordos e um seminário nos dias 05 e 06 de dezembro de 1983, onde foram apresentados nove trabalhos produzidos por técnicos do CNRH e debatidos por especialistas convidados.

3. Foi realizado, entre 04 e 07 de abril, um Seminário sobre Política de Saúde e de Alimentação e Nutrição, onde se discutiu e analisou os principais problemas do setor, identificando-se as áreas carentes de investigação, propondo-se prioridades e mecanismos de cooperação e financiamento para complementação dos programas de estudos.

4. Foi elaborado um total de 169 pareceres, por solicitação da SUBIN, da SUPAR e sobre pleitos do FINSOCIAL encaminhados por diferentes órgãos da administração pública.

5. Como parte de suas atribuições, o CNRH concluiu ou iniciou algumas avaliações de programas da área social, quer seja por iniciativa própria (EDURURAL, Merenda etc.) quer seja em apoio às iniciativas tomadas pelos órgãos executores (Projeto Rondon, SENAI etc.).

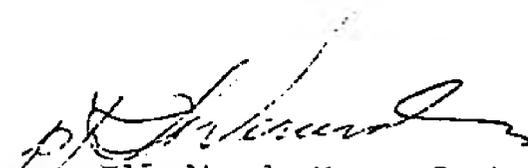
6. O CNRH responsabilizou-se pela elaboração da CPPG da área social, articulando-se com a CPR/IPLAN naquelas áreas de atribuição dessa coordenadoria.

7. Técnicos do CNRH representam o IPEA ou a SEPLAN em 26 órgãos colegiados, tendo participado ativamente das reuniões ao longo do ano.

8. Está bem adiantada a montagem de um sistema de Orçamento Social, com vistas ao levantamento e acompanhamento dos dispêndios públicos, dos três níveis de governo, na área social.

9. Resta acrescentar o grande esforço realizado na produção e publicação de notas e artigos, sob a responsabilidade dos técnicos. Uma listagem completa está disponível junto à Secretaria Executiva.

Atenciosamente,



Cláudio de Moura Castro
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CNRI

/arrf.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
EXERCÍCIO DE 1983

JOSÉ HAMILTON GONDIM SILVA
JOÃO AGOSTINHO TELES

I. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA SECRETARIA EXECUTIVA DO CDS

Além das atividades de coordenação e organização da Secretaria destacam-se:

1. Elaboração de 12 Exposições de Motivos tratando de assuntos relacionados a operacionalização de Programas financiados pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS e autorizando a liberação de recursos no valor de Cr\$ 46,7 bilhões conforme discriminação abaixo:

ITENS	Cr\$ Bilhões
- Fundo Perdido	14,8
- Financiamento	<u>31,9</u>
TOTAL	46,7

2. Notas e estudos sobre avaliação de Programas ou Propostas de aprovação de recursos, destacando-se os estudos sobre a reformulação do crédito educativo.

II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CAMPO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Com a participação do técnico Ozias Monteiro Rodrigues foram concluídos os seguintes trabalhos:

1. Reforma Tributária: O Conflito entre Equidade e Autonomia no Sistema Federativo, publicado na Revista Anais da ANPEC, 1983.

2. Reforma Tributária: A Questão da Divisão Intergovernamental de Responsabilidades, publicado na revista Finanças Públicas, Ano XLIII, nº 355, Jul/Set - 1983.

III. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas vale ressaltar:

1. Elaboração de várias "notas" sobre assuntos diversos solicitados pela Superintendência do IPLAN;

2. Participação em reuniões, encontros e seminários, destacando-se a conferência proferida pelos autores no XI Encontro Nacional de Economia da ANPEC, em Belém-PA, sobre o tema: Reforma Tributária: O Conflito entre Equidade e Autonomia".

Brasília, 23 de janeiro de 1984


JOSÉ HAMILTON GONDIM SILVA


JOÃO AGOSTINHO TELES